

ALEXANDRE CANHA

*Universidade de Coimbra, CEAACP | Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta*

*alexcanha@gmail.com*

<https://orcid.org/0000-0001-5692-0963>

INTERFLÚVIO TEDO/TÁVORA (NORTE DA BEIRA-ALTA),  
UM POSSÍVEL TERRITÓRIO DE FRONTEIRA  
NA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA

TEDO/TÁVORA INTERFLUVE (NORTHERN BEIRA-ALTA),  
A PROBABLE BORDER TERRITORY THROUGHOUT PRE-HISTORY  
“Conimbriga” LX (2021) p. 5-65

[http://doi.org/10.14195/1647-8657\\_60\\_1](http://doi.org/10.14195/1647-8657_60_1)

Texto recebido em / Text submitted on: 28/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 07/07/2021

**RESUMO:** Neste trabalho ensaia-se a perceção das dinâmicas territoriais numa longa diacronia desde o 4º ao 1º milénio a.C. entre o Planalto da Serra da Nave e o Planalto de Penedono, apresentando-se o interflúvio Tedo/Távora como um delimitador destes dois contextos geomorfológicos, cada um deles com as suas especificidades, mas também com evidentes semelhanças e traços comuns. Para o efeito faz-se uma análise em ambos os planaltos de algumas das arquiteturas e materialidades mais representativas e contrastam-se os resultados.

No que às arquiteturas diz respeito, analisa-se o padrão de dispersão das construções funerárias. O registo arqueológico destas estruturas deteta-se a partir do 4º milénio até inícios do 1º milénio. Do “mundo dos vivos” serão genericamente analisados contextos habitacionais e outras formas de apropriação e marcação da paisagem (contextos não funerários).

*Conimbriga*, 60 (2021) 5-65

Quanto às materialidades, efetua-se uma breve análise aos padrões de dispersão daquelas mais abundantes e caracterizadoras dos diferentes momentos cronológicos. Considerando que não são abundantes os sítios escavados, serão tidas em conta, principalmente as referentes a achados de superfície, nomeadamente aquelas que possuem matrizes decorativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Continuidades; Rupturas; Movimento; Biogeografia.

**ABSTRACT:** In this paper the perception of territorial dynamics is tested in a long diachrony between the 4th and 1st millennium BC in Serra da Nave plateau and Penedono plateau, with the Têdo/Távora interfluvial as a delimiter of these two geomorphological contexts. Each with specificities, but also with similarities. For this purpose, an analysis of some of the most representative architectures and materialities is made in both plateaus and the results are contrasted.

As far as architectures are concerned, the dispersal pattern of funerary constructions is analysed. The archaeological record of these structures is detected from the 4th millennium until the beginning of the 1st millennium. From the «world of the living» are considered housing contexts and other forms of appropriation and marking of the landscape (non-funerary contexts).

For the materialities, is made a brief analysis on the dispersion patterns of the most abundant and representative ceramics of the various chronological periods. Considering that excavated sites are not abundant, mainly are analysed those concerning surface finds, namely decorated pottery.

**KEYWORDS:** Continuities; Ruptures; Movement; Biogeography.

# INTERFLÚVIO TEDO/TÁVORA (NORTE DA BEIRA-ALTA), UM POSSÍVEL TERRITÓRIO DE FRONTEIRA NA PRÉ E PROTO-HISTÓRIA<sup>1</sup>

## Introdução

No âmbito do projeto “Paisagens Fortificadas e Monumentalizadas da “Beira-Douro” (do 3º milénio ao 1º milénio a.C.) – Arquiteturas, Cenários e Simbologias” tivemos<sup>2</sup> a oportunidade de percorrer, entre outras que compõem a “Beira-Douro”, a região compreendida pelos Planaltos das serras da Nave e Lapa e pelos Planaltos de Penedono e Sernancelhe. Desta forma, foi possível aprofundar o conhecimento adquirido, no âmbito de projetos anteriores nesta região.

Apesar do objetivo inicial deste projeto ser o estudo dos sistemas defensivos e a forma como decorre o processo de monumentalização da paisagem, com o desenrolar dos trabalhos foi possível perceber empiricamente algumas tendências no que se refere à distribuição de materialidades e arquiteturas nesta região da Beira Alta, o que nos incentivou a aprofundar a temática.

Apresenta-se um breve ensaio que resulta da análise de um conjunto de dados arqueográficos compilados em diferentes fontes

---

<sup>1</sup> Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-SFRH/BD114673/2016).

<sup>2</sup> Tomo a liberdade de, ao longo do texto, utilizar a primeira pessoa do plural, pois apesar de ser o único signatário não posso olvidar todos aqueles que me acompanharam em campo nestes últimos anos e cujo apoio e profícuas discussões se revelaram fundamentais à elaboração deste texto (sem outra ordem que não a alfabética: André Pereira, Cézer Santos, João Teixeira, Fernando Robles Henriques, Gertrudes Branco, Marina Vieira, Pedro Pereira e Rui Clemente). Recorre-se à expressão “nós”, não porque “eles”, subscrevam as ideias apresentadas, mas porque considero que a sua companhia em campo se transpôs para o processo de escrita tornando-o menos solitário.

e cujos resultados numa longa diacronia de quatro milénios parecem indicar a existência de uma fronteira nesta região do centro-norte de Portugal que parece ser transversal desde o terceiro milénio, ainda que, por vezes, um pouco flutuante, sobretudo no último milénio.

## 1. Enquadramento natural

Administrativamente, a área analisada abrange os distritos de Viseu e Guarda abarcando no primeiro caso total ou parcialmente os concelhos de: Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, Sátão, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Vila Nova de Paiva e Viseu. No segundo correspondendo ao extremo leste na nossa área, o território compreende parcialmente cinco concelhos: Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Meda, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa (FIG. 1).

Dividimos esta região em duas áreas, a primeira correspondente às serras da Nave e Lapa e territórios adjacentes, por oposição ao território que é abarcado em grande medida pelos Planaltos de Penedono e Sernancelhe, ainda que também inclua áreas confinantes. Por uma questão de simplificação designamos ao longo do texto a primeira como Planalto da Nave e a segunda Planalto de Penedono.

Geomorfológicamente a região revela, a uma escala ampla, uma regularidade que se estende até ao Planalto de Alijó apenas interrompida pelo vale do Douro, o qual é uma unidade geomorfológica distinta que divide esta região planáltica em dois subsectores, sendo que aquele a Sul do Douro corresponde em grande medida à nossa área. Genericamente corresponde a um planalto central dissecado, com topos aplanados entre 800 e 900m, cortado pelo Vale do Douro em dois subsectores e limitados a leste pelo Acidente Tectónico Bragança-Vilarica-Manteigas e a Oeste pelo Acidente Tectónico Verín-Penacova (PEREIRA, *et al.*, 2014: 572, 578) (FIG. 2).

Numa análise mais pormenorizada ao norte da Beira Alta e em particular à nossa região é possível notar alguma variabilidade geomorfológica, ainda que contendo bastante regularidade. Geomorfológicamente o norte da Beira Alta integra três domínios principais: a *Superfície da Meseta*, os *Planaltos Centrais* e as *Montanhas Ocidentais* (FERREIRA, 1978). A nossa atenção recai sobre os *Planaltos Centrais*, ponto de separação entre as duas outras, bem distintas, realidades. Estes



caracterizam-se por interflúvios aplanados (FERREIRA, 1978: 8) em que é possível destacar duas zonas com características individualizadas. Por um lado, o Planalto da serra da Nave (FERREIRA, 1978: 87 e seguintes) e pelo outro, a fragmentação dos planaltos a norte e leste da serra da Nave (FERREIRA, 1978: 118 e seguintes). Nesta zona de fragmentação ainda é possível observar retalhos da superfície fundamental na margem direita do Távora (FERREIRA, 1978: 118 e seguintes) no que os estudos de caracterização de paisagem designam de Planalto de Penedono (CANCELA *et al.*, 2004).

A rede hidrográfica da região é fortemente influenciada pelas fraturas com orientação NNE-SSW sendo duas exceções precisamente os rios Távora e Tedo chegando inclusivamente a atravessar obliquamente essas fraturas (FERREIRA, 1978: 131) (FIG. 1 e 3).

Morfológicamente o rio Távora pode dividir-se em dois grandes troços. O primeiro, entre a sua nascente e o curso médio até próximo de Sernancelhe (zona da albufeira de Vilar) onde o percurso é marcado por uma sucessão de estrangulamentos e pequenos alargamentos, ainda que, de uma forma geral, o vale nunca seja muito estreito. O segundo grande troço insere-se de forma muito vigorosa no relevo, traduzindo-se num vale encaixado de declives, por vezes, muito profundos e uma maior tortuosidade quando entra no domínio xistento. Situação análoga ocorre no rio Tedo que revela um alinhamento e mesmo uma rigidez significativa no domínio granítico que se altera no interior da área xistosa (FIG. 3).

A nível da Biogeografia, que se pode resumir como sendo “...um ramo da Geografia [...] uma ciência que relaciona o meio físico com o biológico, servindo-se de informação gerada por ciências afins como a Corologia vegetal, a Geologia, a Bioclimatologia e a Fitossociologia.” (COSTA *et al.*, 1998: 5), Portugal continental subdivide-se em duas grandes regiões Biogeográficas (FIG. 4). Por um lado, a região Eurosiberiana no interior da qual encontramos a Superprovíncia Atlântica e no interior desta a Subprovíncia Galaico-Asturiana e dentro desta o sector Galaico-Português que corresponde ao noroeste de Portugal. Esta é a zona mais meridional da região Eurosiberiana com um clima temperado e chuvoso, fortemente influenciado pelo efeito amenizante do oceano Atlântico (AGUIAR *et al.*, 2008: 42). A segunda região é a Mediterrânica que revela um conjunto de províncias no caso: Carpetana-Ibérico-Leonesa, Luso-Estremadurense e Gaditano-Onubo-Algarviense. No caso concreto da área em análise interessa-nos a primeira e em particular

o sector Lusitano-Duriense que genericamente corresponde às áreas planálticas do leste de Trás-os-Montes e da Beira Alta e são detentoras de um ombroclima sub-húmido a seco, de influência continental. Daqui resulta uma vegetação natural potencial dominada por azinhais ou sobreirais (AGUIAR *et al.*, 2008: 43).

Neste trabalho parece-nos importante abordar a questão da Biogeografia pois numa “coincidência” extraordinária, ou talvez não, o rio Távora encontra-se numa zona de fronteira de dois sectores profundamente distintos, que se harmonizam em partes quase iguais, cada um deles pertencendo às duas grandes regiões biogeográficas de Portugal. A leste encontramos o sector de características predominantemente mediterrânicas (Lusitano-Duriense), ainda que se prolongue para a margem esquerda do rio Távora, (na metade norte) coincidindo em grande medida com o domínio existente do rio Douro. A segunda zona, situada na metade oeste, corresponde ao sector de características atlânticas (Galaico-Português), sendo que toda a área do Planalto da Nave – aquela que mais diretamente nos diz respeito – se inscreve neste sector e no qual se insere a totalidade das arquiteturas e materialidades inventariadas a poente do interflúvio Távora/Tedo.

## 2. “Eu”, “Nós” e os “Outros”. A construção de uma identidade

“I use “identity” to refer to the meeting point, the point of suture, between on the one hand the discourses and practices which attempt to “interpellate”, speak to us or hail us into place as the social subjects of particular discourses, and on the other hand, the processes which produce subjectivities, which constrict us as subjects which can be ‘spoken’. Identities are thus points of temporary attachment to the subject positions which discursive practices construct for us...” (HALL, 1996: 5-6).

As identidades<sup>3</sup> foram (e são) um fenómeno de manipulação política, ideológica e mesmo religiosa. Talvez este fenómeno se tenha

---

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento desta temática, recomenda-se a leitura de Jorge Alarcão (1993-1994; 2000), Victor Oliveira Jorge e outros (2002) e António Carlos Valera, (2007: 541 e seguintes).

manifestado com maior exuberância num momento centrado no final do século XIX perdurando até meados da segunda metade do século XX, nomeadamente através de uma Arqueologia Nacionalista que, sob a capa da cientificidade, associava grupos étnicos a determinadas culturas materiais num espaço específico, postulando uma ligação umbilical entre esses grupos de “valorosos ascendentes” dos povos atuais, como forma de afirmação de uma nação. Um caso paradigmático é o dos Lusitanos e a forma como foi “ornado” pelo Nacional Socialismo português. De alguma forma podemos considerar que nas culturas nacionais modernas “A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.” (HALL, 1992: 49). Trata-se de conceitos entretanto ultrapassados por uma globalização inexorável e que se traduz numa homogeneização, e porque não dizer mesmo, uma “higienização cultural”, em que se impõe o “politicamente correto”.

A arqueologia, por necessidade, nega o indivíduo dissolvendo-o no anonimato do grupo que é o sujeito da arqueologia “Se o grupo é o sujeito da Arqueologia, o que nós procuramos são os traços configuradores ou caracterizadores desse grupo, aquilo que define a sua ecceidade, a sua personalidade própria: a sua cultura material, a sua forma de vida económica, a sua organização social, as suas instituições políticas, a sua ideologia” (ALARCÃO, 1993-94: 41-42). Para se atingir o conceito de grupo refletido num conceito de identidade grupal, este começa necessariamente pelo “Eu”, num processo de auto-conhecimento e reconhecimento de si perante o outro. Neste processo de interação do “Eu-Tu” tão cara a Feuerbach (FEUERBACH, 2002), o indivíduo desenvolve um processo de intersubjetividade no qual se apreende como membro de um grupo (o “Nós”), por oposição aos outros e não ao outro no qual o indivíduo se conheceu e reconheceu. Este conhecimento, ou melhor esta consciencialização do “Eu”, apesar de permanente, não é ritmada e é feita através de agências de identidade (as nossas características biológicas, o nosso contexto social, a religião, a língua, a estética, etc.) todas elas geradoras de identidade. Um indivíduo é um ser naturalmente relacional e por consequência

socialmente dependente e em permanente relação com os outros em que, apesar da sua autonomia, as suas práticas são influenciadas por outro, assim como influencia os outros, formando redes de interdependências em que a identidade individual é uma identidade socializada (VALERA, 2007: 557-558). Desta forma, o indivíduo é recetor, mas também produtor social, num processo relacional e dinâmico no pressuposto de que uma ação social necessita de quem a executa (agente) e quem a sofre (paciente) (ALARCÃO, 1993-94: 28).

Uma identidade grupal resulta, assim, da identificação de um conjunto de indivíduos que partilham a mesma mundividência baseada numa rede de interações, numa agregação de indivíduos que interagem influenciando-se mutuamente e organizando-se socialmente. Subjacente a uma identidade comum está o conceito de pertença que confere a unidade e a homogeneidade necessária à sua manutenção. Da heterogeneidade resulta o conceito do “Outro” o qual surge enquanto forma de diferenciação. De alguma forma podemos considerar que “É na interação social, no confronto diferenciador com o “outro”, que se manifestam os processos de identificação, que são modos de categorização dos grupos de indivíduos para organizarem as suas relações. Ou seja, é na comparação social que se estabelecem as identificações grupais, num processo dialéctico de formação do “Nós” (o endogrupo) e dos “Outros” (os exogrupos).” (VALERA, 2007: 561). As identidades formam-se, mais que pela semelhança, pela diferença e exclusão “...are more the product of the marking of difference and exclusion, than they are the sign of an identical, naturally-constituted unity - an ‘identity’ in its traditional meaning...” (HALL, 1996: 4).

Torna-se assim fundamental a existência de fatores identitários que reforcem a ideia de grupo e o processo de distinção de uma identidade, quer a nível de materialidades nas quais se matizam os seus esquemas mentais próprios, quer de outros procedimentos de natureza simbólica, num processo aparentemente contraditório, em que a significação coletiva passa pela busca da individualização coletiva enquanto fator identitário e unificador.

O “Nós” não se forja apenas de experiências no tempo, mas também de espaço. O termo espaço pode ser interpretado de variadas formas, desde o espaço físico no qual as sociedades humanas viveram e vivem, ao espaço mental concebido e vivenciado pelas comunidades ao longo do tempo transformando-o e reinventando-o. De alguma forma pode falar-se num espaço concreto (natural) que é explorado e modifi-

cado pelo Homem que assim o pensa e, por conseguinte, dele se apropria tornando-o social e mesmo histórico, uma vez que o transforma ao longo do tempo. A apropriação do espaço físico transforma-o em território social. A ausência do Homem resultaria na ausência de território, pelo que, da subjetividade imposta pelo indivíduo e pelo grupo, surge o conceito de território. Território que pode ser composto por múltiplos espaços vivenciados e experienciados de forma comum por uma comunidade, que num conceito de posse o interpretam como seu. Não raras vezes os conceitos de espaço e território são utilizados de forma indistinta, ainda que seja aceite que é o espaço que define um território (MARTÍNEZ PADILLA, 2010: 14).

Assim, também o Espaço se apresenta como polo fundamental da construção identitária de um grupo, no interior do qual se praticam atos comunitários e fortalecem identidades. Espaço este apreendido e apropriado num processo que poderíamos designar de territorialização das identidades (o “Nosso” território) no qual particularidades geomorfológicas notáveis são marcadores que o identificam (um tor, um rio, etc.) desempenhando um papel agregador, polarizador e simultaneamente demarcador e comunicador num sentido de pertença a uma identidade cultural “...a maior visibilidade de marcadores espaciais relaciona-se com uma mais incisiva marcação territorial, com a definição de fronteiras e a afirmação das identidades culturais. Espaço, território, identidade, são palavras-chave de uma leitura alternativa.” (JORGE, 1994: 489). Já outros marcadores poderiam assumir uma natureza mais difusa (uma serra, um interflúvio, etc.), o que se traduziria numa zona de maior permeabilidade cultural, um território de ninguém e de todos.

Neste sentido importa salientar que as fronteiras são dinâmicas e dependentes de comportamentos e interações onde são inventadas, discutidas, negociadas, mas também importa reter que perante esta dinâmica é natural verificar-se igualmente o processo inverso, o da desconstrução. Este facto, de alguma forma, explica o porquê de podermos encontrar ao longo de um processo histórico um comportamento de áreas fronteiriças contraditório, ou seja, momentos em que as fronteiras se reforçam em torno de elementos culturais e ideológicos de um grupo como reação a ameaças externas, já noutros momentos pode-se tornar relaxada nos costumes e princípios culturais pelo afastamento ao seu centro (GONZÁLEZ RUIBAL, 2009: 154). Consideramos que esta contradição é acima de tudo aparente. Na realidade as fronteiras traduzem um

comportamento dinâmico de construção, desconstrução e reconstrução inerente a ações e interações no espaço e tempo.

### 3. O registo arqueológico

A área sobre a qual nos debruçamos foi sujeita a estudos parcelares<sup>4</sup> que, no seu conjunto, permitiram a obtenção de dados arqueológicos relevantes, ainda que carecendo de uma análise transversal. De alguma forma este é o pequeno contributo que o *Projeto Paisagens Fortificadas e Monumentalizadas da Beira-Douro* aporta a esta área, uma vez que a sua larga escala territorial e amplitude de cronologias abordadas permitiu obter uma visão espácio-temporal aglutinadora e globalizante deste território do norte da Beira Alta.

#### 3.1. A origem dos dados

Ao definir os limites desta área tivemos o particular cuidado de garantir que as duas subáreas analisadas (Planalto da Nave e Planalto de Penedono) foram alvo de estudos cientificamente conduzidos de forma mais ou menos equivalente de forma a reduzir ao mínimo possível vazios de investigação. Vazios esses que naturalmente existem, tanto mais em áreas extensas como é a nossa, embora o que se pretenda é a minimização de lacunas significativas que poderiam truncar os dados analisados.

---

<sup>4</sup> Neste caso, o conceito parcelar tem de ser entendido apenas no sentido da espacialidade, pois em nenhum dos casos houve um trabalho que abrangesse a totalidade da área agora em análise. De forma alguma se pretende fazer qualquer juízo crítico acerca dos trabalhos realizados. Alguns deles resultaram mesmo em trabalhos científicos de enorme fôlego e extraordinário brilhantismo científico como é o caso de Domingos Cruz no domínio da serra da Nave com a dissertação de Doutoramento intitulada *Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*. Na região oposta merece destaque a dissertação de Doutoramento de João Muralha Cardoso *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, assim como outros trabalhos mais vocacionados para a divulgação patrimonial que deram a conhecer sítios e materialidades que de outra forma poderiam continuar desconhecidos, como são os casos das “Cartas Arqueológicas” de Tabuaço, S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Mêda e Vila Nova de Foz Côa.

A área do Planalto da Nave foi alvo de múltiplos trabalhos arqueológicos, dos quais podemos referir aqueles revestidos de maior cientificidade. Dos inícios do século XX – década de 30 – datam os trabalhos de inventariação de monumentos megalíticos realizados por Vera Leisner, primeiro com Georg Leisner, posteriormente com Leonel Ribeiro na década de 60. Esta região desde então passou por um período de orfandade que só foi colmatado na década de 90 com o projeto “Megalitismo do Alto Paiva” dirigido por Domingos Cruz e posteriormente reformulado num projeto de cronologia mais abrangente “O Alto Paiva: sociedade e estratégias de povoamento desde a Pré-história Recente à Idade Média”, igualmente coordenado por este investigador, projeto que correspondeu à fase maior de fulgor científico observado nesta região. No âmbito deste projeto foram realizados intensos trabalhos de prospeção, relocalização e inventariação de sítios. Já no decorrer da primeira década do século XX surgiram outros projetos na sua esteira, nomeadamente: “O Alto Paiva – A Ocupação Humana no Iº Milénio a. C.” e “Da Serra da Nave ao Vouga: paisagens humanas durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média”<sup>5</sup> e “Serra do Montemuro: ocupação humana e evolução paleoambiental” (este apenas abarca a nossa área de forma marginal). No que se refere a trabalhos arqueológicos na margem direita do rio Távora encontramos projetos de naturezas diferentes, nomeadamente de valorização e/ou divulgação e outros de investigação. Nesta região particular incluem-se alguns projetos cuja centralidade se situa no exterior da nossa área, mas que também a abrange, ainda que, por vezes, de forma marginal. No quadro seguinte sintetizam-se os principais projetos realizados nos Planaltos da Nave e Penedono, que pela sua quantidade e natureza produziram resultados de alguma forma equilibrados entre as duas áreas em análise.

---

<sup>5</sup> Este projeto, apesar de um enquadramento cronológico posterior, teve em consideração todos os sítios Pré e Proto-históricos inéditos surgidos no âmbito deste tendo-se elaborado fichas de inventário posteriormente incorporadas na base de dados Endovélico.

**QUADRO 1**  
**Projetos arqueológicos plurianuais realizados na Área de Estudo**  
**constantes no Endovélico**

<i>PLANALTO DA SERRA DA NAVE</i>		<i>PLANALTO DE PENEDONO</i>	
<b>Projecto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Projecto</b>	<b>Responsável</b>
<i>Megalitismo do Alto Paiva (1996-1997)</i>	Domingos Cruz	<i>Estudo, Valorização e Divulgação do Património Arqueológico no Concelho de São João da Pesqueira (Viseu) - Contributo para a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho (1999)</i>	Luís Filipe Coutinho Gomes
<i>O Alto Paiva: sociedade e estratégias de povoamento desde a Pré-história Recente à Idade Média (1998-2002)</i>	Domingos Cruz	<i>Pré-História Recente da área de Freixo de Numão</i>	Susana Oliveira Jorge
<i>O Alto Paiva – A Ocupação Humana no 1º Milénio a. C. (2002-2006)</i>	Alexandre Valinho	<i>Estudo e Valorização do Megalitismo do Concelho de Penedono (1989-1998)</i>	Luís Filipe Coutinho Gomes
<i>Serra do Montemuro: ocupação humana e evolução paleoambiental (2004-2008)</i>	Domingos Cruz	<i>Estudo, Valorização e Divulgação dos Monumentos Megalíticos no Concelho de Penedono</i>	Luís Filipe Coutinho Gomes
<i>Da Serra da Nave ao Vouga: paisagens humanas durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média</i>	Marina Vieira	<i>Arqueologia e Investigação no Alto Douro (2009-2012)</i>	Vítor Oliveira Jorge
<i>Práticas Funerárias e/ou Culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta (2003-2005)</i>	Raquel Vilaça	<i>Estudo e valorização de sítios arqueológicos nas áreas de Horta do Douro e Freixo de Numão (2002-2008)</i>	António Sá Coixão
<i>Carta Arqueológica de Moimenta da Beira (2005)</i>	José Carlos Santos	<i>Arqueologia e Investigação no Alto Douro (2009-2012)</i>	António Sá Coixão
Carta Arqueológica de Sernancelhe (2005)			António Costa
Tabuaço – Um passado presente (1999)			João Perpétuo
----	----	<i>ARQUEODOURO II – Dos Sítios e das Paisagens (2017-2020)</i>	João Muralha Cardoso
----	----	<i>Estudos Arqueológicos na área do concelho de Meda (2003)</i>	António Sá Coixão



A esta quantidade assinalável de trabalhos arqueológicos, quer de investigação (aos quais ainda haveria de juntar algumas dissertações e outros trabalhos de âmbito académico que não listamos), quer de divulgação, ainda se junta uma quantidade assinalável de trabalhos realizados no âmbito de ações de prevenção e minimização de impacte arqueológico que não são aqui elencados. Como resultado de toda esta investigação, parece-nos que a existência de eventuais zonas com gritante *deficit* de investigação é muito reduzida, conferindo grande fiabilidade à amostragem utilizada neste estudo.

### 3.2. A seleção dos dados<sup>6</sup>

Perante uma tão grande diversidade de dados disponíveis desde o 4º milénio a.C. até ao 1º milénio a.C. e tendo em conta o contexto desta análise, surgiram desde logo duas questões importantes. Em primeiro lugar, a ampla cronologia abordada que abrange diferentes momentos “crono-culturais” cujos limites cronológicos, nesta região, diferem entre autores<sup>7</sup>, a que se associa o largo período de utilização de algumas materialidades. No sentido de simplificar esta questão assumimos a opção de utilizar uma periodização por milénios, mesmo que esta não seja a mais adequada, como é notório na transição do último quartel do 3º milénio para o primeiro quartel do 2º milénio, em que a investigação recente tem vindo a demonstrar que mais do que ruturas, se notam continuidades. Situação semelhante ocorre na transição do 2º milénio para o 1º milénio. Trata-se de uma opção que talvez não seja metodologicamente a mais correta, mas no contexto deste ensaio afigura-se talvez a mais adequada.

A segunda questão prende-se com o tema da amostragem, sendo desde logo evidente a impossibilidade de efetuar um estudo comparativo de todas as arquiteturas e materialidades. Assim, impôs-se a necessidade de seleção das arquiteturas marcantes e materialidades mais relevantes (FIG. 5). A escolha destas prende-se fundamentalmente com

---

<sup>6</sup> Ao longo deste texto sempre que são mencionados sítios arqueológicos sem qualquer referência bibliográfica estes podem ser encontrados na base de dados Endovélico <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>

<sup>7</sup> Para compreensão da variabilidade e correlação entre autores ver VIEIRA, 2015: 116-117.

um problema de registo arqueológico. Com efeito, em determinadas áreas foram realizadas escavações arqueológicas focadas em objetos particulares e incidindo em tempos distintos, por exemplo o Planalto da Nave foi alvo de intensas campanhas de escavações de monumentos funerários da Pré-história Recente, já no Planalto de Penedono este tipo de trabalhos foi mais tímido. Ao invés, esta zona, particularmente a sua envolvente leste, foi alvo de maior número de escavações arqueológicas em contextos não funerários. Como referido, também as cronologias são distintas. Numa tentativa de “equilibrar” o que não é manifestamente “equilibrável” tentámos minimizar a distorção dos dados disponíveis. Assim, optámos por considerar dois tipos de arquiteturas: a funerária e a não funerária. Esta parece-nos a abordagem mais prudente na senda de trabalhos recentes de Maria de Jesus Sanches e Helena Barbosa, tendo em conta que os contextos não funerários (domésticos, cerimoniais e rituais) assumem uma multiplicidade e variabilidade funcional, que por vezes se sobrepõe, seria redutor categorizá-los. Por outro lado, os contextos funerários desempenham também eles, além do cariz meramente funerário, um importante papel nas relações sociais e simbólicas. Assim, optámos por considerar apenas estes dois grandes grupos (SANCHES & BARBOSA, 2018a: 114).

Desta forma, na seleção de arquiteturas relevámos aquelas que possuem estruturas impositivas e marcantes na paisagem, de modo a perceber como se poderiam relacionar com dinâmicas sociais e culturais. Para tal, selecionamos monumentos funerários e estruturas muradas ou amuralhadas. Contudo, importa salientar que outras menos impositivas na paisagem pertencentes ao “quotidiano dos vivos” (permanentes, utilização pontual ou simplesmente efémeras), assim como outras formas de apropriação do espaço e território foram igualmente tidas em consideração, ainda que conferindo pouco destaque a critérios tipológicos, privilegiando o critério da presença/ausência como o mais relevante e também valorizando-se determinadas materialidades surgidas nestes contextos.

No caso particular da cultura material optámos – por se tratar do registo mais abundante e porque é um mecanismo de comunicação socialmente ativo (HODDER, 1986) – por considerar essencialmente a cerâmica. Contudo, deparamo-nos com um problema de variabilidade do seu registo arqueológico, nomeadamente a quantidade de sítios escavados, assim como a natureza desses sítios, antevendo que um sítio escavado tendencialmente revelará maior profusão de materialidades

comparativamente a um sítio não escavado. Neste último caso, a informação provém de achados de superfície com uma natureza bastante mais fragmentária, o que resulta naturalmente numa maior dificuldade a nível de comparações formais. Além deste facto existem formas com uma grande amplitude cronológica. Assim, optámos por não destacar a vertente formal privilegiando a escolha de motivos decorativos. Contudo, também aqui surge o problema dos contextos, pois em condições normais não será surpreendente, pelo contrário, que a cerâmica decorada surja em maior quantidade em sítios arqueológicos escavados. Assim, não tivemos em conta as percentagens de padrões decorativos recorrendo apenas ao critério de presença/ausência. Finalmente deparámo-nos com o problema da seleção da amostragem, ou seja, que tipo de decorações considerar. Neste caso elegemos aquelas mais “expressivas” de cada período e às quais é possível atribuir uma cronologia minimamente balizada entre cada milénio. No que se refere ao 4º milénio não identificámos na nossa área qualquer tipo decorativo que se possa afirmar como representativo desse momento. Quanto ao 3º milénio consideramos as decorações campaniformes sem que, no entanto, se faça uma distinção entre estilos (marítimo, geométrico ou estilos locais) e decorações penteadas<sup>8</sup>, igualmente sem distinção de estilos (impressão e aditivada). Diversos estudos demonstram que este tipo de decorações não tem um termino estanque coincidente com o fim do 3º milénio, estendendo-se pelo início do 2º milénio mas, por uma questão de simplificação – até porque o que aqui está em causa, mais que cronologias, são territórios –, atribuímos a estas decorações uma inserção genericamente no 3º milénio.

No que se refere ao 2º milénio inventariou-se a distribuição de cerâmicas de Cogeces e Cogotas I. Perante a escassez de dados, equacionamos a possibilidade de incluir a estatuária, geralmente atribuída ao final do 3º milénio e eventualmente já integrável nesta fase, nomeadamente as estátuas-menires. Contudo, o facto de não existirem cronologias absolutas aliadas às questões tipológicas, técnicas e iconográficas levou-nos a abandonar esta pretensão. Para o 1º milénio foram tidas em consideração as matrizes decorativas de tipo “Baiões/

---

<sup>8</sup> Não podemos confundir esta com a decoração de tradição mesetenha “a peine” da Proto-história, pois existem diferenças significativas entre ambas, não só ao nível do suporte como, de alguma forma, da técnica. Decoração esta que aliás não se identificou na nossa área.

Santa Luzia”, assim como a estatuária, no caso aquela representada por berrões integráveis na segunda metade do milénio ou já mesmo em época romana.

### 3.3. Os dados do 4º milénio

O 4º milénio é parco em materialidades, em particular aquelas com características distintivas que se podem tipificar, nomeadamente ao nível de cerâmica. Assim, optámos apenas por analisar a dispersão espacial de arquiteturas funerárias. Apesar de se afigurar algo complexo atribuir, na ausência de datações absolutas, uma cronologia a um monumento megalítico, graças aos estudos realizados – por Luís Filipe Coutinho Gomes e Pedro Sobral no Planalto de Penedono, e sobretudo pelos estudos conduzidos por Domingos Cruz no Planalto da Nave –, é possível atribuir cronologias genéricas a monumentos funerários consoante a suas tipologias<sup>9</sup>. Assim, como arquiteturas características do 4º milénio, consideramos os monumentos megalíticos de grandes dimensões com câmara de planta poligonal com e sem corredor, alguns deles com cronologias confirmadas por datações de radiocarbono como Areita, Sangrino, Sra. do Monte, Lameira de Cima 1, Lameira de Cima 2, Seixas, Merouços, Castonairas e Picoto do Vasco (CRUZ, 2001).

Da observação da figura 6 evidencia-se uma maior densidade de monumentos funerários no Planalto da Nave, mas encontram-se igualmente monumentos na margem oposta do rio Távora. Aqui, além do menor número também ressalta o facto de se encontrarem sobretudo agrupados em núcleos. Para lá destas ligeiras diferenças, não se destacam outras dissimilaridades relevantes, quer no tipo de implantação (ainda que na margem direita se observem monumentos implantados a cotas um pouco mais baixas entre 550m e 650m), quer ao nível do substrato geológico, sendo os monumentos preferencialmente implantados

---

<sup>9</sup> Este investigador atribui ao 4º milénio os monumentos funerários de grandes dimensões e maior monumentalidade com câmaras ortostáticas, alguns encerrados pouco tempo depois da sua construção e outros que poderão ter continuado em funcionamento até inícios do 3º milénio (CRUZ, 2001: 180). No 3º e 2º milénio assiste-se à reutilização de monumentos anteriores e à construção de novos sepulcros sem características monumentais (não megalíticos), com exceção de algumas cistas grandes que possuem *tumuli* relevados e com câmaras não ortostáticas (CRUZ, 2001: 187-188).

em zonas graníticas em ambos os territórios, ainda que também sejam construídos em solos do Complexo Xisto-Grauváquico.

### 3.4. Os dados do 3º milénio

O terceiro milénio apresenta um registo arqueológico muito mais rico, fruto da diversidade de dinâmicas socioeconómicas que ocorreram neste período e que se traduz numa maior quantidade de dados disponíveis. Neste caso, às arquiteturas, juntamos algumas materialidades que se podem considerar características deste momento na região em análise.

No que se refere às arquiteturas recorremos, à semelhança do milénio anterior, àquelas de natureza funerária a que juntamos as de natureza não funerária. No caso concreto deste último tipo, importa referir que muitos destes sítios não apresentam qualquer género de vestígios estruturais, pois grande parte deles correspondem a sítios abertos e sem qualquer espécie de estruturas em positivo. Por esse motivo, estes sítios foram tidos em consideração mais por oposição às construções funerárias do que propriamente por ostentarem algum tipo de vestígios arquitetónicos, pelo que nos parece mais apropriado classificá-los como espaços relacionados com atividades do “mundo dos vivos” do que arquiteturas, embora também existam estruturas em positivo, como construções muradas. Importa também salientar que a quase totalidade destes espaços não possuem datações absolutas, pelo que, a atribuição cronológica é relativa, tendo por base a cultura material observada, que em muitos casos revela uma diacronia ampla que extravasa a nossa compartimentação. Efetivamente é possível que alguns sítios possam já entrar no milénio seguinte, como é o caso do Castanheiro do Vento, cuja cronologia absoluta evidencia uma utilização do 3º e 2º milénio a.C.. Também de referir que alguns locais não apresentam uma cultura material característica que possa permitir uma classificação cronológica segura, mas que, apesar de algumas reservas que levantam, optámos por considerar. Trata-se de limitações que não sobrevalorizamos, uma vez que aquilo que se pretende obter, mais que uma cronologia “fina” é sobretudo uma visão da espacialidade destes territórios na larga diacronia.

No que se refere aos monumentos funerários (FIG. 7) evidencia-se o grande contraste entre os dois planaltos, mantendo-se no Planalto da

Nave uma quantidade muito significativa destas estruturas, apesar de neste momento terem sido abandonadas e intencionalmente encerradas as grandes construções megalíticas do 4º milénio, ainda que algumas sejam reutilizadas. Estas são substituídas por estruturas de menores dimensões de características não megalíticas, mas que parecem inserir-se nesta tradição construtiva originária do milénio precedente nomeadamente os enterramentos sob *tumulus* facilmente identificáveis na paisagem. Com efeito, dos cinquenta e oito sítios inventariados, nenhum se encontra na margem direita do rio Távora.

Se a nível da arquitetura funerária temos esta interessante relação diferencial entre as duas regiões, quando analisados os espaços não funerários observamos uma tendência oposta (FIG. 8). Neste caso existe um número significativo de sítios não funerários, que terão desempenhado diferentes funções, sejam elas de cariz doméstico ou cerimonial. Com efeito, a região do Planalto de Penedono e territórios adjacentes revela um elevado número de sítios, no caso quinze, que não levantam grandes dúvidas quanto à sua datação por ali se terem identificado materiais consentâneos com estas cronologias (como é o caso da presença de cerâmica penteada ou campaniforme) ou por via de datações absolutas como é o caso de Castanheiro do Vento. A estes sítios acrescem ainda três que aparentam uma cronologia desta fase, mas que a ausência de dados concretos impede uma atribuição cronológica inequívoca. São os casos de Castelo do Carapito (Sernancelhe), Castelo Velho e Chã do Murganho (S. João da Pesqueira), neste último caso, aliados à abundante cultura material cerâmica observaram-se alguns elementos líticos nomeadamente mós manuais e machados de pedra polida. De um modo geral estes sítios revelam uma cultura material variada e alguma densidade de vestígios indiciando ocupações talvez duradouras.

Já na região oposta do Planalto da Nave a escassez de sítios é notória, pois apenas se identificaram seis sítios que merecem algumas notas individuais. No caso do Castelo de Ariz este é o único sítio da margem esquerda do rio Távora que ostenta uma estrutura “amuralhada”, este local revelou cerâmica de fabrico manual associada a espólio lítico em sílex e anfibolito. Outro local que não parece levantar questões relativamente à sua cronologia é o sítio de Chã das Lameiras onde, para além de outro material, se identificou um fragmento cerâmico com decoração impressa com matriz, já o seu contexto levanta algumas reticências abordadas mais adiante. No interflúvio Tedo/Távora o sítio de Graíl (Tabuaço) revela uma cultura material na qual

se encontra cerâmica com decoração penteada. Já no caso da Porqueira (Tabuaço) a presença de utensílios cerâmicos, como uma colher, parece ser um possível indicador de uma cronologia do 3º milénio, ou mesmo anterior, uma vez que se encontra este tipo de utensílios, por exemplo, no não muito distante povoado de Santiago (Fornos de Algodres). Finalmente o sítio da N. Sra. das Necessidades (Sernancelhe) apresenta indicadores seguros de uma ocupação do 3º milénio ou inícios do 2º milénio destacando-se a presença de abundantes fragmentos de cerâmica penteada. Além destes sítios importa referir ainda a existência de mais quatro sítios a que não é possível atribuir uma cronologia desta fase, mas que poderão eventualmente adscriver-se a esta (Quinta do Furanho, Cova do Sol, S. Mamede e Cabeço de S. João). Finalmente, importa mencionar que em toda a área do Planalto da Nave é possível encontrar vestígios avulsos a que não se pode atribuir nem uma cronologia, nem uma função clara ao seu contexto como são os casos de Paúl (fragmento de cerâmica), Serra da Abelha (lâmina de sílex), Penedo do Macaco (9 fragmentos cerâmicos), Surrinha (machado de pedra polida), Sete Castelos (lâmina de sílex), Coura (ponta de seta em sílex) (CRUZ, 2001). Assim, não será descabido, perante a ausência de uma densidade de vestígios, pensarmos que se poderão relacionar com ocupações temporárias, porventura relacionadas com uma economia pastoril.

Da comparação entre arquiteturas funerárias e não funerárias parece emergir uma tendência de diferenciação entre as duas áreas separadas pelo rio Távora. Com efeito, parece existir uma disparidade no que se refere às arquiteturas da morte, pois no Planalto da Nave e Lapa parece de alguma forma seguir-se a tradição funerária anterior com a construção de monumentos sob montículo, apesar de menos visíveis na paisagem, ainda assim facilmente identificáveis. Por oposição, este tipo de construções funerárias, não parecem encontrar eco no Planalto de Penedono. Apesar de aqui não se encontrar referências a tumulações, já em áreas envolventes regista-se a presença de dois enterramentos em contentores funerários sem *tumulus*, nomeadamente: Vale da Cerva (Vila Nova de Foz Côa) (CRUZ, 2001: 262) e Terraço das Oliveiras (Torre de Moncorvo) (GASPAR *et al.*, 2014). Ainda que cronologicamente em extremos opostos, pois a primeira data da primeira metade do 3º milénio e a segunda encontra-se na transição entre o 3º e o 2º milénio. Estes dados, apesar de insuficientes, não nos impedem de equacionar a possibilidade deste tipo de sepultamento ser o predominante no Planalto de Penedono, dado que se trata de enterramentos sem *tumulus* sendo de

difícil deteção, ocorrendo a sua identificação geralmente por “casualidade”. Já a nível do mundo dos vivos a tendência parece ser oposta, pois este tipo de vestígios é claramente mais evidente na margem direita do rio Távora, por oposição à margem contrária onde, além de serem mais escassos, revelam menores concentrações de cultura material.

Quanto a materialidades, como referido, valorizamos a cerâmica com decoração campaniforme e a cerâmica com decoração penteada.

A nossa análise da cerâmica campaniforme tem de ser catalogada de minimalista, quando comparada com recentes trabalhos sobre o norte de Portugal que se revestem de grande profundidade e pormenor e que trazem um contributo muito relevante para esta problemática (BETTENCOURT, 2011; SANCHES *et al.*, 2017; SANCHES & BARBOSA, 2018a; SANCHES & BARBOSA, 2018b), a que se pode juntar outros de âmbito mais do sul e Estremadura (CARDOSO, 2014).

Esta matriz decorativa encontra-se em toda a área analisada, embora o Planalto da Nave revele uma percentagem significativamente superior àquela verificada no planalto contrário. Alargando um pouco a área de análise para o exterior dos nossos limites e transpondo o rio Douro e abarcando ainda o Alto Dão e a bacia do rio Côa, a tendência inicial é um pouco diluída, mas ainda assim notória. Quando analisados os contextos, parece emergir uma propensão no mínimo curiosa, com a cerâmica campaniforme a surgir no Planalto da Nave quase exclusivamente em contextos funerários, enquanto que no Planalto de Penedono e território envolvente este tipo de cerâmica surge em contextos não funerários, tendência que se parece manter quando nos dirigimos para sul ao longo da bacia do rio Dão, apenas contrariada pelo aparecimento desta decoração no dólmen e no abrigo de Penedo do Com (Penalva do Castelo) (GOMES & CARVALHO, 1993) (FIG. 9). Trata-se sem dúvida de uma dicotomia muito interessante onde a decoração campaniforme surge em contextos funerários no Planalto da Nave em sete sítios<sup>10</sup>, apenas com uma exceção que é o sítio de Chã de Lameiras (Moimenta da Beira), ainda que este sítio seja merecedor de uma breve consideração. Este local foi identificado por Domingos Cruz que ao descre-

---

<sup>10</sup> A este número poderíamos ainda juntar a cista de Lenteiros na qual terá sido exumado um vaso campaniforme não decorado, como na nossa análise optámos por não valorizar a natureza formal, mas apenas a componente decorativa, este sítio não foi incluído no inventário. Agradecemos ao Professor Domingos Cruz a informação pessoal que este vaso consta de um caderno de campo de A. Mendes Corrêa.



vê-lo não afirma claramente tratar-se de um fragmento campaniforme referindo que se identificaram fragmentos cerâmicos “...decorados segundo a técnica de impressão com matriz...” (CRUZ, 2001: 388). O próprio contexto é um pouco complexo, pois o solo encontrava-se em depósito de vertente com abundante pedra e com solo surribado podendo-se colocar a hipótese de um contexto funerário, ainda que talvez posterior<sup>11</sup>. A proximidade deste local a um conjunto de monumentos funerários – num raio de 1000m encontramos nove, entre eles a Orca de Seixas onde se identificou cerâmica campaniforme – também apela a alguma cautela, pois pode ali ter chegado por via de uma “violação” desse ou outro monumento. Ainda assim, assumimos como possibilidade um contexto não funerário, facto que não atenua significativamente a tendência que parece desenhar-se na nossa área de estudo.

Um dado interessante que importa igualmente reter é que no Planalto da Nave não é incomum encontrar cerâmica campaniforme em contextos de reutilização de monumentos megalíticos do 4º milénio, como são os casos da Orca de Moinhos de Rua, Orca de Seixas e Orca de Castonairas, (CRUZ, 2001: 318). Ora importa relembrar que também no Planalto de Penedono se verificou a reutilização deste tipo de monumentos, como é o caso dos dólmens de Lameira de Cima 2 e Sra. do Monte (VIEIRA, 2015: 239) que não revelaram vestígios de cerâmica campaniforme. A explicação mais simples poderá ser de uma natural limitação da amostragem, ainda assim fica a nota, pois, o motivo poderá não se cingir apenas ou em absoluto a essa questão, podendo equacionar-se razões de ordem “mental”.

Ora, sendo a cerâmica campaniforme geralmente associada a um item de prestígio transregional e provavelmente utilizado como símbolo social de diferenciação e consolidação identitária (LOPES & BETTENCOURT, 2017: 483), parece existir uma tendência para ser diverso o contexto em que esta era manipulada, por um lado em contextos funerários e por outro em contextos do “mundo dos vivos”. A. Bettencourt nota diferenças ao nível dos contextos de utilização da cerâmica campaniforme no norte de Portugal. No noroeste predomina em contextos sepulcrais e no nordeste são mais comuns em recintos monumentais ou em espaços naturais de particular significância coletiva e raros em contextos sepulcrais. A pluralidade de ações e signifi-

---

<sup>11</sup> Agradecemos esta informação pessoal do Professor Domingos Cruz.

cados inerentes à circulação, adoção, manipulação e transformação da cerâmica campaniforme revela um processo complexo em que não tem um valor autónomo ou função similar nos diferentes contextos em que surge (BETTENCOURT, 2011: 364, 372). Estas variações correspondem às diferentes formas de encenar, negociar e afirmar o *poder* (CRUZ & SANTOS, 2011: 131). Naturalmente que aquilo que observamos no vale do Távora é apenas uma tendência, mas que aparenta enquadrar-se num quadro regional de mais ampla escala, ainda que o papel do fenómeno campaniforme não se possa reduzir a uma simplificação dos complexos processos de diferenciação entre identidades culturais.

No que se refere à cerâmica com decoração penteada (FIG. 10), esta revela uma disseminação ainda mais interessante comparativamente às composições campaniformes. Também neste caso, após uma primeira análise, sentimos a necessidade de ampliar a área primitivamente definida com intuito de obter uma perspetiva mais alargada da situação inicialmente observada, ação que veio a confirmar amplamente a tendência notada. É evidente uma disparidade entre os dois planaltos, pois dos 41 sítios inventariados na área de estudo e envolvente (incluindo a margem direita do Douro, Bacia Norte do Alto Mondego e rio Côa), apenas 4 se encontram na margem esquerda do rio Távora. Em três casos a matriz penteada surge – à semelhança de todos os identificados na margem direita do rio Távora – em contexto não funerário: Senhora das Necessidades (Sernancelhe) (RIBEIRO, 2020), Porqueira (Tabuaço) e Graíl (Tabuaço) (PERPÉTUO *et al.*, 1999.). Importa salientar não só a proximidade, sobretudo dos dois primeiros sítios relativamente ao rio Távora (a menos de 1km), mas também que os dois últimos se encontram no interflúvio Tedo/Távora. Finalmente, o último caso em análise corresponde ao monumento 1 de Fraga do Seixo, o qual se reveste de particular interesse porque é o único contexto em que esta matriz se identificou na metade poente da nossa área, surgindo já na borda ocidental da serra da Nave. E também porque corresponde a um contexto funerário, encontrando-se acompanhado de cerâmica campaniforme (CORREIA, 2014), o que significa que a cerâmica com decoração penteada parece assumir aqui um carácter de exceção, ao contrário do que se verifica na metade oriental em que esta matriz decorativa parece surgir sobretudo em contextos que se podem classificar como de ambiente se não quotidiano, pelo menos não funerário. Tendo em conta que se encontra a apenas 30km do rio Távora, podemos ter aqui dados muito interessantes sobre a

mobilidade (e resistência à novidade) destas comunidades serranas do 3º milénio.

Apesar do rio Douro ser naturalmente uma barreira de difícil transposição, este não se revelou um impedimento à circulação desta matriz decorativa, ao contrário do interflúvio Tedo/Távora em que particularmente o rio Távora parece surgir como uma barreira quase intransponível para esta matriz decorativa. António Valera propõe que as decorações penteadas da região de Fornos de Algodres são mais tardias que as do Alto Douro (VALERA, 2007: 371). Este dado parece sugerir um movimento de norte para sul que transpõe o rio Douro até atingir a plataforma do Mondego. Contudo, é interessante notar que este movimento contorna o rio Távora pela sua margem direita e com raras incursões pela margem esquerda, ou seja, o aparente movimento espacial desta decoração evita o Planalto da Nave, até atingir o vale do rio Dão. Aqui parece assistir-se a uma modificação do contexto de utilização desta decoração, passando a surgir também em contextos funerários como é o caso da Orca de Fiais da Telha (Carregal do Sal) (SENNA-MARTINEZ 1989: 400 e estampa CIX) e o Dólmen 1 de Moinhos de Vento (Arganil). Trata-se de uma aparente modificação que parece sugerir que consoante mais se afasta da sua área “nuclear”, mais parca se torna, assumindo consequentemente um papel de item de exceção pela sua raridade.

A explicação para uma disparidade tão significativa ao nível de disseminação de cerâmica penteada entre as duas regiões em estudo não parece encontrar-se na dificuldade de transposição do rio Távora. Se a esta distinção juntarmos a aparente dissemelhança dos contextos em que é manipulada a cerâmica campaniforme, assim como às arquiteturas e práticas sepulcrais, podemos equacionar a possibilidade de no 3º milénio se desenhar o surgimento de duas tendências culturais distintas em que o rio Távora plasmava a separação física.

### 3.5. Os dados do 2º milénio

Como referido anteriormente, resulta muito difícil conferir uma atribuição cronológica aos monumentos funerários do 3º e 2º milénio a.C. muitas vezes apenas com base em ténues diferenciações arquitetónicas. Nesta fase surgem monumentos com *tumuli* baixos e câmaras de pequenas dimensões de planta retangular ou poligonal e também fossas

abertas no saibro (CRUZ, 2001: 320), a diminuição das dimensões é acompanhada por uma novidade conferida pelo acentuar do contraste cromático destas sepulturas, resultado da inclusão nos túmulos de blocos de quartzo leitoso. Se é plausível e natural que alguns dos monumentos inventariados (FIG. 11) possam na realidade ter sido construídos no 3º milénio, outros há que por via de datações absolutas se inserem claramente neste momento cronológico, como é o caso de Rapadouro 2 (CRUZ, 2001: 117). Contudo, o que aqui importa é, mais uma vez, analisar os padrões de distribuição de estruturas funerárias entre as duas áreas em comparação. Assim, mesmo considerando que poderá existir uma sobre-representação de monumentos no Planalto da Nave, não deixa de ser contrastante com o Planalto de Penedono onde não se encontra representado qualquer monumento funerário, revelando que adentro deste milénio se mantém a tendência verificada no milénio precedente no qual as tumulações se traduzem por uma maior discrição na paisagem.

No que se refere à cultura material, este é um milénio que se pauta por alguma invisibilidade do registo arqueológico, facto que dificulta a nossa análise. De igual forma afigura-se árduo seleccionar materialidades com motivos decorativos que se possam considerar como “típicos” deste momento, daqui resultou a seleção de dois tipos decorativos: as cerâmicas de Cogeces e Cogotas I (FIG. 11). Estas apenas as encontramos em dois locais da nossa área: Alto de Santa Eufémia (Cogeces e Cogotas) e Castanheiro do Vento (Cogeces) (CARDOSO MURALHA, 2014). Próximo da nossa área, mas já no seu exterior, podemos juntar o sítio de Eira (Cogotas) (CANHA *et al.*, 2018) e Castelo Velho (Cogeces) (PEREIRA, 1999) ambos em Vila Nova de Foz Côa.

Apesar da escassez de dados disponíveis, o 2º milénio aparenta de alguma forma continuar a refletir uma constância da diversidade na nossa região, mas sempre lembrando que se trata de um momento cronológico caracterizado por uma significativa invisibilidade do registo arqueológico, o que de alguma forma pode condicionar ou mesmo truncar as escassas conclusões obtidas.

### 3.6. Os dados do 1º milénio

No que se refere a esta fase extremamente dinâmica, quando comparada com a antecessora, permite-nos uma abordagem de maior

“finura” cronológica, ainda assim não isenta de complexidade, de que podemos dar como exemplo as diferentes opiniões relativamente ao *terminus* da Idade do Bronze e início da Idade do Ferro. Independentemente da variabilidade cronológica, este milénio fica marcado por três momentos distintos: Bronze Final, Idade do Ferro e Romano.

No que se refere às materialidades do Bronze Final não encontramos muitas que pudessem dar uniformidade à nossa análise. Inicialmente considerámos o inventário de peças metálicas, mas a sua variabilidade tipológica e o facto da sua análise poder ser demasiado extensa para o contexto deste artigo (daria um artigo autónomo), levou-nos a não incluir os artefactos metálicos como elementos uniformizadores e caracterizadores<sup>12</sup> deste momento. Assim, optámos por considerar como materialidade mais representativa, pela sua ampla dispersão nesta região, a cerâmica com decoração de “Baiões/Santa Luzia” (FIG. 12). No que se refere a motivos decorativos dos momentos posteriores não encontramos registos que nos permitissem efetuar quaisquer análises comparativas.

A cerâmica com decoração tipo “Baiões/Santa Luzia” também parece revelar alguma dicotomia entre as duas áreas, com uma prevalência desta técnica decorativa na margem esquerda do Távora, enquanto na margem direita apenas ocorre no Reboledo (Penedono) (ARQUEOHOJE, 1999), facto que não deixa de ser surpreendente tendo em conta que o Bronze Final é um momento conotado com uma dinâmica de mobilidade e uma intensificação de contactos supra-regionais e consequente permeabilidade cultural. A explicação para a escassez desta na margem direita Távora talvez se possa encontrar num regionalismo desta matriz decorativa mais centrado na região de

---

<sup>12</sup> A título de exemplo, e sem qualquer exaustividade, podemos referir alguns elementos metálicos de maiores dimensões na margem direita do Távora como: três espetos articulados identificados no Alto das Orquinhos e um em Canedotes (Vila Nova de Paiva), um machado de alvado no castro de Vila-Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva), três machados de talão no castro de Mondim da Beira e uma ponta de lança na Senhora das Necessidades (Sernancelhe). Da margem direita do Távora talvez seja originário um machado de talão de duas argolas inédito cuja origem não é precisa, mas que será da área de Ranhados (Mêda), pensamos que poderá ter origem no castro de S. Jurge. Outros elementos metálicos de menores dimensões poderiam ser referenciados, como: fíbulas de “arco multicurvilíneo” e “codo” (Mondim da Beira), uma xorca (Reboledo) ou uma pinça (Monte Airoso).

Lafões, associada a uma menor quantidade de sítios do Bronze Final conhecidos nesta margem.

No que se refere à arquitetura funerária, mais uma vez deparámos com a dificuldade de atribuição cronológica. Com base nos trabalhos de Domingos Cruz e Raquel Vilaça (CRUZ & VILAÇA, 1999; VILAÇA & CRUZ, 1999; CRUZ *et al.*, 2000; VILAÇA, 2015), apesar da diversidade tipológica, podemos considerar como pertencentes a esta cronologia pequenos montículos muito baixos com estruturas cistóides com a função de contentor funerário. Neste caso, encontramos, na margem esquerda do rio Távora, a estrutura de Lameira de Travessa de Lobos (VILAÇA *et al.*, 2017), também o conjunto de cinco *tumuli* da Tapada das Arcas parecem inscrever-se neste período, ainda que com algumas reservas. Na mesma situação a mamoa de Calvário (Tabuaço) que, contudo, pode eventualmente, adscriver-se a um momento anterior. Já na margem direita apenas encontramos uma possível estrutura funerária, no caso a cista de N. Sra. de Lurdes (CARVALHO & GOMES, 2002-2003) (FIG. 12). Relativamente à distribuição das estruturas funerárias destaca-se o facto de a área do Planalto da Nave não revelar uma tão grande densidade de sepulcros como nos milénios anteriores apresentando-se essa desigualdade significativamente atenuada neste milénio.

No que se refere às arquiteturas não funerárias (FIG. 13), considerámos aquelas que apresentavam estruturas positivas evidentes (muros, taludes, muralhas e fossos). Apesar de alguma dificuldade em atribuir cronologias, em particular pela ausência de uma cultura material que permita atribuir datações “fiáveis”, nota-se um aparente equilíbrio ao nível da distribuição de sítios entre ambas as margens do rio Távora com um povoado em cada um dos territórios a aparentar uma ocupação permanente, pelo menos, desde o Bronze Final até ao período romano no caso: Mondim da Beira (VILAÇA, 2008) e S. Jurge (COIXÃO, 2014). No que se refere a sítios do Bronze Final que aparentam ter sido abandonados no início, ou durante, a Idade do Ferro, a tendência é igualmente semelhante, com o abandono do Castro de Vila-Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva) (MENDES, 2009) e Longa (Tabuaço) (PERPÉTUO *et al.*, 1999) e do lado oposto: Reboledo (Penedono) e Monte Airoso (Penedono) (VILAÇA, 2008). No que se refere a sítios da Idade do Ferro e/ou Romano parece assistir-se ao surgimento de sítios com algum tipo de sistema defensivo (muralha ou fossos) com mais intensidade na margem esquerda, como são os casos do castro de Goujoim (Armamar), São Domingos de Fontelo (Armamar), Santa Bárbara (?) (Tarouca),

Torrão (Lamego) e Muro (Moimenta da Beira), para além da manutenção de Mondim da Beira (Tarouca). Em sentido oposto, no Planalto de Penedono, surge apenas o castro de N. Sra. da Assunção (S. João da Pesqueira) além da manutenção do castro de S. Jurge (Mêda).

No que se refere a uma análise da estatúária zoomórfica, em particular berrões, trata-se de uma iconografia geralmente associada aos *Vettones*, ainda que seja um tema que se reveste de grande controvérsia. Não menos debatida é a questão das fronteiras entre Vetões e Lusitanos (ALVAREZ-SANCHÍS, 1999; RUIZ ZAPATERO & ÁLVAREZ-SANCHÍS, 2008; BONNAUD, 2002; SANTOS, 2009; GUERRA, 2016). Neste caso aproximamo-nos da posição, entre outros autores, de Jorge Alarcão que assume que a fronteira da Vetonia pré-romana poderia chegar até ao rio Côa (ALARCÃO, 2017: 47). Assim, parece-nos relevante o facto de ser próximo do rio Távora que se localiza o berrão conhecido mais a ocidente peninsular (a Sul do Douro). A este berrão localizado em Penela da Beira (FERREIRA & FIGUEIREDO, 1982) poderão hipoteticamente juntar-se outros, ainda que se reportem a informações não confirmadas. Gonçalves da Costa menciona, além do “porco de pedra” de Penela da Beira, a existência de outro na Póvoa de Penedono e um apenas delineado em Sabroso (COSTA, 1977: 25), corresponderá este local à Sra. do Sabroso em Tabuaço (?). *Vox populi* refere que aquando dos trabalhos de construção da barragem de Ranhados, junto da qual se encontra o povoado de S. Jurge, terá surgido um porco esculpido em pedra o qual terá sido levado por um responsável da obra, informação que nunca terá sido confirmada<sup>13</sup>. Se a existência de um berrão em Póvoa de Penedono ou em Sabroso nos levanta muitas dúvidas pela inexistência de outros vestígios inseríveis nesse período cronológico, já em S. Jurge não se afigura despropositada a possibilidade de ali ter surgido um berrão.

Finalmente, importa destacar a presença de um *terminus augustalis* nas proximidades de Goujoim, datado do século I d.C., marco que delimitava o território dos *Coilarni* e dos *Arabrigenses* (VAZ, 1979) facto que parece indiciar que o profundo e muito encaixado vale do rio Tedo tenha servido como possível linha de fronteira destes dois povos no período romano.

---

<sup>13</sup> Agradecemos a Rui Clemente esta informação.



#### 4. Um possível discurso interpretativo

Terminada a exposição dos dados disponíveis, resta a penosa tarefa de avançar um possível discurso interpretativo. Perante os dados, e mesmo sem pretender enveredar por caminhos demasiado deterministas, acabamos de uma forma ou outra por não os conseguir evitar. Cientes que havendo outros talvez mais fáceis, mais em voga ou mesmo mais conciliadores, mas que revendo os dados selecionados, em consciência, não encaramos como aqueles que melhor podem tentar explicar a trans(i)mutação desta região ao longo de quatro milénios. Igualmente temos noção da fragilidade dos nossos argumentos baseados em dados parcelares, mas também estamos cientes que é necessário olhar para os mesmos dados de forma diferente, pois só assim é possível abrir novos caminhos ou reavivar velhos trilhos, pois a investigação em arqueologia é a busca incessante de explicações. Não podemos falar em boas ou más hipóteses interpretativas, apenas aquelas mais bem fundamentadas, por vezes, alicerçadas – mais que em dados arqueográficos –, numa profunda semântica, e outras que não tanto, mas a única certeza em arqueologia é que nenhuma delas atingirá a praxis. A arqueologia são caminhos inconscientemente trilhados pelos nossos pré-conceitos, esta hipótese interpretativa representa isso mesmo.

O 4º milénio revela na região uma construção funerária de características megalíticas. Apesar de alguma diversidade tumular é possível encontrar grandes monumentos em ambas as margens do rio Távora, ainda que com maior predominância na área do Planalto da Nave e Lapa, mas que também se encontram em contextos geomorfológicos semelhantes no Planalto de Penedono, ainda que em menor número. Ainda assim podemos afirmar que se trata de uma tradição funerária comum a ambos os planaltos. Tendo em consideração que estamos perante sociedades tendencialmente horizontais, de grande mobilidade no território, não se afigura estranho que a apropriação do espaço se faça de maneira semelhante em ambas as áreas. Embora subsista uma questão relacionada com a metade sul do Planalto de Penedono onde estão praticamente ausentes monumentos funerários. Esta lacuna resulta de um *deficit* de investigação? Ou simplesmente de dinâmicas inerentes à demografia populacional, disponibilização de recursos e práticas económicas do 4º milénio? Independentemente da complexidade das respostas, o que importa agora reter é que em ambas as áreas regista-se o fenómeno dos grandes megálitos e *tumuli* expressivos.



“Às «comunidades amplas» e relativamente «abertas» do IVº milénio a.C., relacionadas com sistemas agrícolas extensivos (e longos períodos de pousio), dependentes da maciça cooperação de trabalho no interior de alianças inter-comunitárias em larga escala sucedem-se as comunidades do IIIº milénio a.C..

O novo território acompanha agora a chamada «fragmentação da paisagem agrícola». Passa-se de um território amplo, fluido, a um território de fronteiras (reais e cognitivas) onde cada vez mais se estabelecem dicotomias entre interior / exterior, dentro / fora.” (JORGE, 1994: 492).

Com efeito, o 3º milénio parece revelar uma dinâmica muito distinta a todos os níveis. Neste milénio, a par de reutilização dos grandes dólmens da fase precedente, assiste-se a uma transformação arquitetónica das estruturas funerárias, ainda que seguindo marcadamente a tradição de enterramento sob *tumulus*. Contudo, “mesma tradição” não implica um conceito de continuidade absoluta uma vez que os grandes dólmens foram intencionalmente encerrados implicando algum tipo de mudança, ainda que as práticas sepulcrais subsequentes de inumação sob *tumulus* subsistam.

O que resulta como extraordinariamente diferente entre as duas áreas é a distribuição de monumentos funerários, particularmente a sua total ausência na margem direita do rio Távora em contraste com a margem oposta. Tentar encontrar uma explicação para esta alteração radical afigura-se complexa, tanto mais que quando procurando uma justificação alicerçada na geomorfologia resulta inútil, pois comparando com o milénio anterior esta não se terá modificado dada a sua natural constância temporal. A própria escolha do local de implantação destes novos monumentos no Planalto da Nave também não revela mudanças abruptas e tendo em conta a similitude geomorfológica entre as duas áreas seria fácil encontrar no Planalto de Penedono áreas que replicassem essas condições preferenciais para a implantação dos monumentos do 3º milénio. A possibilidade de uma redução populacional também não se afigura plausível tendo em conta os dados do povoamento, que inversamente parecem demonstrar um processo de intensificação demográfica. Outra possibilidade está relacionada com dinâmicas sociais, neste caso uma alteração da mundividência destes grupos, agora socialmente mais complexos, matizada num possível afastamento deliberado entre os territórios dos vivos e dos mortos. Possi-

bilidade esta bastante aliciante e na qual poderíamos estar perante uma comunidade com uma conceptualização do espaço compartimentado entre um território dos vivos (Planalto de Penedono) e outro dos mortos (Planalto da Nave). O facto de o Planalto da Nave revelar uma grande concentração de *tumuli* associados a abundantes indícios de ocupações não permanentes, as próprias estruturas funerárias aparentarem corresponder a tumulações individuais – consonantes com as mudanças sociais que ocorrem ao longo deste milénio –, são fatores muito sugestivos para esta interpretação. Contudo, outros dados parecem contrariar esta possibilidade, primeiro por razões de mobilidade que parece ser limitada, quiçá também por uma questão de afetividade e proximidade com os antepassados. O facto de zonas mais ocidentais, como a serra da Freita, revelarem também um grande número de tumulações, sem que aqui se evidencie a presença de territórios evolventes em que se registe a presença de, por exemplo, cerâmica penteada, parece debilitar esta possibilidade. Além disso, no Planalto da Nave, apesar de escassos, regista-se a presença de contextos de ocupação, aparentemente mais longa como é o caso de Castelo de Ariz, o que parece contrariar ainda mais esta possibilidade.

A análise dos dados poderá apontar para outras pistas. Quando se analisa a rede de povoamento do 3º milénio é possível encontrar apontamentos em ambas as áreas, ainda que na margem esquerda do Távora as informações sejam substancialmente mais escassas e indiquem um registo arqueológico menos denso. Também importa referir que nesta área é possível encontrar um grande número de vestígios avulsos, ou com escassa representatividade, sugerindo locais de ocupação efêmera, por oposição ao Planalto de Penedono onde é possível encontrar sítios com uma grande densidade de materiais arqueológicos. Estes dados parecem sugerir um povoamento mais estável no lado oriental da nossa região, por oposição a um de maior mobilidade, mais arreigado às práticas sócio-económicas do 4º milénio, naquilo que aparenta ser uma região a duas velocidades. Mais uma vez parece difícil encontrar uma explicação para esta diferença de dinâmicas entre as duas regiões, mas trata-se de um milénio em que parecem forjar-se diversidades culturais que a cultura material parece plasmar.

A distribuição das materialidades do 3º milénio vem acentuar as desigualdades entre as duas áreas, como é o caso da distribuição de cerâmica penteada que se encontra predominantemente na margem direita do Távora, ainda que pontualmente surja na margem esquerda, mas sempre

no interflúvio Tedo/Távora e nunca se estendendo para o Planalto da Nave e Lapa. A exceção reside na presença desta matriz num enterramento, indiciando que pela sua raridade terá adquirido um contexto de exceção, possibilidade reforçada pelo facto de surgir associada a decoração campaniforme. Uma explicação para a quase inexistência da cerâmica penteada no Planalto da Nave poderia residir num *deficit* de prospeção? Apesar de não ser uma explicação irrefutável, não parece muito plausível, pois muitas dessas áreas foram percorridas no contexto dos projetos referidos no Quadro 1, muitas delas por nós próprios.

Na tentativa de compreensão desta diferenciação entre os dois planaltos, quanto à disseminação da cerâmica penteada, dos contextos de manipulação da cerâmica campaniforme e tumulações, procuramos uma explicação alicerçada noutros dados naturais, nomeadamente na Biogeografia. Com efeito, apesar das relações entre Arqueologia e Biogeografia não serem recorrentemente analisadas nos estudos arqueológicos, ainda assim são abordadas de forma mais ou menos aprofundada, destacando-se os trabalhos precursores de Lara Bacelar Alves (a quem agradecemos por nos mostrar a sua importância) relativamente ao estudo da arte, na qual a investigadora estabelece conexões entre zonas Biogeográficas e a distribuição da arte Atlântica e da arte Esquemática Pintada (ALVES, 2012, 2014; ALVES & REIS, 2017; ALVES & COMENDADOR REY, 2017). Relembre-se que um dos principais objetivos da Biogeografia é estabelecer modelos do território baseados na circunscrição de comunidades ecológicas que revelam condições climáticas e características geológicas semelhantes, que suportam espécies com estratégias de vida e adaptação semelhantes, identificadas como biomas (ALVES no prelo).

Neste caso procedemos, numa micro-escala, a uma análise relacional entre arquiteturas, materialidades e as regiões biogeográficas. Como referido previamente, o interflúvio Tedo/Távora corresponde a uma zona de fronteira Biogeográfica entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Desta análise, destaca-se o facto de os contextos não funerários com decoração penteada se situarem na bio-região Mediterrânica ou na fronteira desta, incluindo aquelas situadas no interflúvio Tedo/Távora (FIG. 14). Situação que merece uma atenção particular é de que a única exceção em área de natureza Atlântica corresponder a um contexto funerário. Em face destes dados surge uma primeira questão: estamos perante uma mera coincidência ou perante novos indicadores? A que se segue imediatamente outra: não estaremos diante de uma visão simplista e redutora? Naturalmente que a resposta terá de ser forçosa-

mente positiva tendo em conta a reduzida escala de estudo. De forma a aprofundar esta questão ampliamos o grau de análise para uma escala ao nível do Centro-Norte de Portugal. Para tal socorremo-nos de um mapa com um universo de 86 sítios inventariados por António Valera no seu trabalho sobre dinâmicas locais de identidade (VALERA, 2007: 612, figura 11-10) e destes, apenas eventualmente quatro<sup>14</sup> se encontram na biozona Atlântica (FIG. 15). O que mais importa reter é que a constância verificada para a nossa região se mantém de forma muito clara. Ou seja, a cerâmica penteada distribui-se quase em exclusivo pela região Mediterrânica. A reforçar esta tendência podemos mencionar o facto de se encontrar cerâmica em locais muito distantes como por exemplo em Cantanhede (CRUZ, 2005) e Penamacor (VILAÇA, 2008), apesar da disparidade de localização trata-se de sítios circunscritos a um ambiente Biogeográfico Mediterrânico.

Regressando à nossa micro-região, outro dado que se afigura bastante interessante é o relativo aos contextos de identificação da cerâmica campaniforme. Parece existir uma tendência para o seu surgimento em contextos funerários no Planalto da Nave e Lapa e em contextos não funerários do lado oposto (FIG. 16). Ora, replicando o exercício anterior, desta vez recorrendo a um mapa de distribuição da cerâmica campaniforme – publicado por Maria de Jesus Sanches e Helena Barbosa (SANCHES & BARBOSA, 2018a: 147) –, esta tendência, apesar da maior escala, parece manter-se, ainda que de forma menos pronunciada do que acontece com a cerâmica penteada (FIG. 17). Esta propensão mais atenuada, mas ainda assim evidente, poderá ser explicada, quer pela ampla diacronia de pervivência desta decoração, quer pelas dinâmicas regionais distintas. Tendo em conta a macro escala e o facto de, aparentemente, estarmos perante comunidades com territórios não muito extensos como parece demonstrar-se com a mudança simbólica da cerâmica penteada que – num distanciamento de apenas 30km – adquire um novo simbolismo ao ponto de ser depositada num enterramento conjuntamente com cerâmica campaniforme.

Os dados agora revistos, de alguma forma autorizam-nos, pela primeira vez ao longo deste texto, a equacionar a existência de duas

---

<sup>14</sup> Os contextos arqueológicos destes quatro locais são diversos, alguns resultam de trabalhos arqueológicos antigos não sendo de excluir a possibilidade de, nalguns casos, estarmos perante matrizes penteadas já do 1º milénio a.C..

identidades culturais claramente distintas no 3º milénio na nossa área. Estas aparentam uma rigidez significativa no que se refere à aceitação de parte a parte relativamente às diferentes culturas materiais e ritos funerários. Esta inflexibilidade pode sugerir que estas duas identidades não derivam de um fundo cultural comum que evoluiu para ramos distintos, pois as diferenças ao nível da imagética decorativa da cerâmica, por exemplo, antes parece apontar para uma rutura abrupta e de alguma forma inconciliável. Se do lado ocidental, a nível das práticas funerárias, parece manter-se uma continuidade do milénio precedente, conservando-se uma “tradição megalítica” com tumulações sob mamoa e *cairns*, ainda que com estruturas ortostáticas de menores dimensões. O próprio povoamento revela-se escasso, com poucos locais indiciando uma ocupação temporal prolongada, registando-se ao invés bastantes achados avulsos indiciadores, talvez, de ocupações efémeras ou simplesmente reveladores de uma forte mobilidade, mais característica de sociedades pastoris do 4º milénio.

Por oposição, o Planalto de Penedono revela um rompimento com o 4º milénio através do aparente desaparecimento de sepultamentos sob *tumulus*, talvez em favor de estruturas sem *tumulus* de difícil deteção, como poderão ser os casos de Vale da Cerva e Terraço das Laranjeiras. No final do século passado, Susana Lopes destacava a notória dissociação na Meseta entre povoados e espaços funerários (JORGE, 1994: 482), entretanto as datações obtidas para um dos enteramentos de Vale da Cerva (CRUZ, 1998) levou a que fosse colocada a possibilidade de contemporaneidade com o Castelo Velho de Numão (LOPES & BETTENCOURT, 2017: 478). O surgimento de profusa cerâmica decorada penteada é outro indicador de uma possível identidade cultural distinta “Sendo bem conhecido o papel que a estilística cerâmica desempenhou na afirmação identitária das comunidades do 4º/3º milénio A.C. no Norte de Portugal...” (LOPES, 2019: 377). Se de um lado teríamos a afirmação de uma identidade cultural matizada numa estilística (Planalto de Penedono), no oposto teríamos a afirmação de outra identidade cultural, entre outros apontamentos de afirmação identitária, através da “negação” desta gramática decorativa. Relembre-se o que refere Stuart Hall acerca da construção de uma identidade que passa também pela exclusão e rejeição. Desta forma poderíamos compreender a ausência deste tipo de decoração no Planalto da Serra da Nave e Lapa. O facto desta técnica decorativa surgir num contexto funerário a mais de 30km do rio Távora proporciona eventuais pistas

sobre a mobilidade das populações serranas deste período e também acerca da extensão dos seus territórios, pois de uma área de rejeição passamos para a sua aceitação como objeto de exceção.

Também os contextos da cerâmica campaniforme mostram formas distintas de manipulação. No Planalto da Nave aparecem sobretudo ligados a contextos funerários, que parecem ser os locais de eleição para a realização de manifestações sociais coletivas enraizadas no 4º milénio, por oposição à zona oriental onde estas manifestações congregadoras se realizam noutros espaços naturais de amplo domínio visual, como podem ser os casos de Castelo Velho, Castanheiro do Vento ou, já na bacia do Dão, a Fraga da Pena. Aqui, as comunidades parecem revelar um povoamento mais estável e uma organização social mais complexa.

Afigura-se extremamente interessante o facto de numa pequena região como aquela que analisamos, aparentemente desvelarem-se no final do 3º milénio duas realidades profundamente distintas, de um lado uma aparente continuidade de momentos anteriores e numa área imediatamente contígua surgir um movimento de rutura clara com a tradição antecedente, sem que aparentemente estas evidenciem indicadores claros de intercâmbio, embora seja possível que tenham ocorrido fenómenos de interação social e cultural, pelo menos na zona de contacto correspondente à bacia do rio Távora, ou porventura indiretamente através de uma plataforma de contacto comum a ambas, como por exemplo a bacia do rio Dão.

Talvez seja o momento de relembrar e repensar vetustos caminhos deterministas e difusionistas, outrora trilhados. O conjunto de dados analisados parece-nos apontar para que, algures no 3º milénio, possa ter ocorrido um movimento populacional – quiçá oriundo do quadrante nor-oriental – matizado no registo arqueológico pela disseminação de sítios com cerâmica penteada, cuja expansão parece fazer-se de norte para sul atravessando o rio Douro, mas detendo-se ao longo das margens do rio Távora (e aparentemente também do rio Dão), uma vez que corresponde ao limite Biogeográfico com que estas eventuais populações “mediterrânicas” se identificariam e às quais estariam adaptadas<sup>15</sup>. Desta forma poder-se-ia explicar a presença de alguns

---

<sup>15</sup> Estudos ambientais apontam para que no final do 3º milénio (~2200 a.C.) ocorre um contexto de instabilidades ambientais, com uma oscilação abrupta conhecida como evento Bond 3 (ou o evento 4.2-ky BP), que na Península Ibérica se traduziu numa aridização, particularmente na Meseta, no sudoeste, e no sudeste, ainda que não

sítios com cerâmica penteada no interflúvio Tedo/Távora, revelando que mais que o rio Távora, seria o limite Biogeográfico a fronteira que condicionou uma maior progressão destas populações. Relativamente à Biogeografia importa lembrar que “Su interés para la geografía humana se refiere al hecho de que las estrategias económicas y la construcción de paisajes culturales están intrínsecamente asociadas a la presencia de biomas específicos. Estas características son susceptibles de condicionar el espectro de recursos disponibles y, por lo tanto, las estrategias de subsistencia, el ciclo biológico de plantas y animales, el patrón de asentamiento y, consecuentemente, las formas en cómo las comunidades se relacionan con el mundo natural y simbólico.” (ALVES & COMENDADOR REY, 2017: 14).

A possibilidade apresentada é uma hipótese de trabalho à qual se podem apontar várias falhas, talvez a mais evidente seja a transposição das fronteiras Biogeográficas atuais para o 3º milénio a.C.<sup>16</sup>. Ainda assim e tendo em conta que é a geomorfologia um dos principais fatores que condicionam a Biogeografia e que ela é estável na longa diacronia, acreditamos que talvez as Bio-regiões de então não sejam tão diferentes relativamente ao presente.

Naturalmente, as causas para esta aparente separação de territórios e identidades não podem ser imputadas exclusivamente à Biogeografia. A complexidade do comportamento humano é determinada por fatores naturais, mas também por inúmeros outros. Por exemplo, um de cariz demográfico abre a possibilidade de vazios territoriais terem sido preenchidos por recém-chegados. Quando observamos a distribuição de

---

tenha sido até agora possível estabelecer relações seguras entre mudanças demográficas e estas alterações climáticas (LILLIOS, 2020: 58).

Recentes estudos genéticos indicam uma mudança do ADN mitocondrial na Europa Central e ilhas britânicas, embora os dados não revelem alterações significativas na Península Ibérica (SZÉCSÉNYI-NAGY, 2017), neste estudo os dados genéticos não parecem registar grandes mudanças genéticas ao longo do 3º milénio, os indivíduos analisados não revelam mesmo qualquer relação ancestral com a estepe ao contrário do que se verifica neste milénio na Europa Central (SZÉCSÉNYI-NAGY, 2017: 8-9). Já outros estudos (OLALDE *et al.*, 2018; 2019) indicam que por volta de “... ~2000 BCE, the replacement of 40% of Iberia’s ancestry and nearly 100% of its Y-chromosomes by people with Steppe ancestry.” (OLALDE *et al.*, 2019: 1230). Infelizmente nenhum dos estudos incluiu amostragens da nossa região.

<sup>16</sup> Seria de extrema utilidade a construção de um paleomapa peninsular das regiões Biogeográficas com base por exemplo nos imensos estudos paleobotânicos existentes.



grandes dólmenes do 4º milénio, é evidente que o Planalto de Penedono tem bastante menos do que o oposto, por vezes com lacunas evidentes (como na metade sul, como já assinalámos), a isto junta-se a aparente propensão para aqui os dólmenes surgirem em núcleos. Isto pode sugerir que, no milénio seguinte, poderá ter existido um vazio demográfico criando algum despovoamento severo ou total da área, facilitando o estabelecimento de grupos com uma nova identidade cultural. Esta é uma mera hipótese na ausência de uma melhor explicação para esta “coincidência” entre duas possíveis identidades culturais divididas por duas Bio-regiões distintas. Parece, pois, tratar-se de uma mistura de coincidências e oportunidades, causas e consequências.

O 2º milénio é parco em dados arqueológicos, pelo que se afigura difícil sintetizar este momento na nossa área. Ainda assim, aparentemente, mantém-se a situação de separação cultural fisicamente delimitada pela área do vale do Távora ou pelo seu interflúvio com o rio Tedo matizada, por um lado, na tradição funerária sob *tumulus* na região do Planalto da Serra da Nave e Lapa e a sua invisibilidade no Planalto de Penedono.

Ao nível dos espaços não funerários os dados são muito escassos, mas ainda assim sabemos que se mantém ativa a utilização de alguns espaços originários do 3º milénio como é o caso do Castanheiro do Vento no qual surge cerâmica com decoração Cogeces, que aparece igualmente noutros contextos na área do Planalto de Penedono e áreas adjacentes (CARDOSO MURALHA, 2014), mas estão ausentes no Planalto da Nave e Lapa. Desta forma os dados parecem revelar a manutenção de diferenças culturais entre as duas áreas em análise.

O 1º milénio, mercê da significativa disponibilidade de dados, permite uma melhor leitura regional. Pela primeira vez parece existir algum equilíbrio entre as duas áreas no que respeita à dispersão de espaços não funerários. No que se refere genericamente ao primeiro quartel, ao nível da distribuição de materialidades, apesar de uma preponderância da cerâmica com decoração tipo “Baiões/Santa Luzia” no Planalto da Nave, é possível encontrá-la em contextos habitacionais na região oposta, como é o caso de Reboledo. Já a nível funerário, assiste-se a uma diminuição de contextos funerários no lado ocidental e o surgimento de um caso no lado oriental. Os dados parecem indicar um atenuar das diferenças culturais entre as duas áreas, talvez devido à maior permeabilidade que parece ter ocorrido de forma mais ou menos generalizada durante o Bronze Final. Ainda assim, parece manter-se uma aparente diferença cultural e uma identificação grupal conotada



com determinados itens e rituais. Neste contexto de novas dinâmicas de perceção e ocupação do espaço, talvez o conceito de fronteira física tenha perdido algum sentido, passando a ter um contexto mais vago e inexpressivo para as comunidades. Durante a Idade do Ferro parece assistir-se a um ressurgimento da fronteira física matizada na ocorrência de dois povoados “afrontados” – que podem ter tido um momento de contemporaneidade: Goujoim e Longa – tendo como separação física o encaixado vale do rio Tedo. Sem mais dados de suporte, podemos equacionar a hipótese de terem ocorrido alterações na dinâmica sociocultural da região, quiçá decorrente de um novo movimento populacional. Com efeito, no decorrer da segunda metade deste milénio assiste-se ao abandono de alguns povoados e ao surgimento de outros. A estatúria zoomórfica, geralmente conotada com o grupo cultural Vetão, está presente na metade oriental da nossa região, a possibilidade da sua presença no interflúvio Tedo/Távora poderia ser um dado interessante. Porém, a pouca fiabilidade da informação não nos autoriza a utilizar este argumento para justificar uma mudança de fronteira do rio Távora para o rio Tedo num momento de transição da Idade do Ferro para o período romano. Contudo, a existência do termo augustal do século I d.C. no rio Tedo, o qual delimita o território dos *Coilarni* a ocidente e os *Arabrigensis* na margem oriental, é um inequívoco marcador desta divisão territorial, resta saber se esta divisão é artificialmente criada com a organização administrativa romana, ou se respeita anteriores fronteiras das populações autóctones. No que se refere ao povoamento, já em contexto de romanização, regista-se a presença de dois povoados amuralhados que poderão ter sido os polos centrais desta divisão, por um lado São Domingos do Fontelo, na margem esquerda do rio Tedo e do lado oposto, já para lá do rio Távora (rio que pode ter perdido qualquer significado fronteiro), o povoado de Sra. da Assunção e eventualmente o de S. Jurge.

Uma nota final para a aparente distinção ao nível de sítios amuralhados que se podem atribuir a um momento final da Idade do Ferro e início do período romano. Apenas dois no Planalto de Penedono (Sra. da Anunciação e S. Jurge) e cinco no Planalto da Serra da Nave (Santa Bárbara (?), Torrão, Muro de Pêra-Velha, Mondim da Beira e São Domingos de Fontelo). De imediato nos emerge no pensamento a possibilidade desta diferença resultar da distinta forma como estas duas áreas encararam a chegada romana, na metade oriental abraçando-a e, do outro lado, um Planalto da Nave e Lapa rude e agreste, avesso a

mudanças, propenso ao isolamento, arreigado a uma identidade cultural forjada nos milénios anteriores, oferece resistência como forma de identificação e distinção do “nós” e os “outros”.

## Conclusão

Perante a enorme quantidade de informação disponível teve de haver uma seleção de dados tendo-se optado pela escolha das arquiteturas e materialidades mais representativas, recorrendo-se a registos de aproximadamente três centenas de sítios o que ainda não havia sido feito para esta região. Talvez estudos posteriores, mais pormenorizados e com outro tipo de amostragem, bem como a própria revisão e filtragem dos dados que agora utilizamos, venham a atenuar ou mesmo contrariar as tendências e constâncias agora observadas nesta pequena região Beirã.

A análise aqui feita é através de uma estreita janela que apenas nos permite espreitar para um pequeno interflúvio do centro-norte de Portugal. Naturalmente uma abordagem espaço-temporal mais ampla e abrangente irá mostrar outros resultados, porventura evidenciará uma complexidade de realidades muito superior àquelas por nós observadas. Provavelmente irá mostrar também formas de fronteira distintas, se no Tedo/Távora parece existir uma linha fronteira quase rígida, ainda que com momentos de desconstrução e reconstrução ao longo do tempo, outras áreas certamente evidenciarão fronteiras mais diluídas, espaços de transição e mesmo de confluência, como no caso da distribuição da arte Atlântica e da arte esquemática pintada, onde a biogeografia se assume como uma zona de transição. A História é movimento no tempo e por isso também será natural encontrar outros padrões de circulação de pessoas, bens e ideias cada um com o seu próprio tempo de movimento.

Mais que a procura de tendências, constâncias e continuidades ou ruturas, ainda menos apresentar explicações aprofundadas sobre as dinâmicas sociais e culturais, o objetivo principal deste texto é o de contribuir para a abertura de novas vertentes de investigação arqueológica, nomeadamente ao nível da Biogeografia e do seu potencial, independentemente dos caminhos para onde os dados nos conduziram, que mais que um ponto de chegada são na verdade um ponto de partida.

Os registos apresentados parecem apontar esta região como tradi-

cionalmente de fronteira, pelo menos, desde o 3º milénio a.C., mantendo-se, de forma ainda visível, durante o 2º milénio diluindo-se um pouco na primeira metade do 1º milénio a.C., para se voltar a afirmar como tal na segunda metade deste, ainda que, com uma flutuação dos limites que passam do rio Távora para o rio Tedo na transição da Era. Assim e sob este prisma podemos cogitar que as mudanças ocorridas no 3º milénio foram de tal forma profundas que se manifestaram indelevelmente nas identidades culturais seguintes.

Parece-nos pertinente questionar se o aparente referencial desta região como território de separação de identidades culturais tem origem nas mudanças ocorridas no 3º milénio a.C. que marcaram indelevelmente os momentos posteriores, ou se simplesmente resultam das condições naturais que transformam este interflúvio Tedo/Távora numa zona fronteira por excelência desde a Pré-história.

## AGRADECIMENTOS

Queremos expressar o nosso agradecimento à Professora Raquel Vilaça pela discussão de uma versão preliminar que lhe foi apresentada. Estamos gratos pelos seus comentários e sugestões, mas reclamamos por força da nossa teimosia todos os erros, omissões e interpretações erróneas que este texto possa conter.

Queremos agradecer a gentileza e paciência do Professor Domingos Cruz que nos ajudou a rever e a atribuir cronologias genéricas a uma parte dos monumentos funerários da nossa área de estudo. Quaisquer classificações cronológicas incorretas são da nossa inteira responsabilidade

Também um agradecimento a António Valera pela cedência da imagem que serviu de base à figura 15 e a Marcos Osório por nos autorizar a utilizar a imagem 6 da nossa figura 5.

Uma palavra final de agradecimento para os revisores anónimos que através de uma leitura extremamente minuciosa e cuidada contribuíram significativamente para melhorar este texto, esperamos ter feito justiça às suas sugestões.

## BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Carlos; MESQUITA, Sandra; HONRADO, João (2008) – Introdução à carta biogeográfica de Portugal (Costa et al. 1998), *Atlas das Aves Nidificantes em Portugal (1999-2005)*, 2008, pp. 41-47 [download – 2008 Atlas cap4.pdf e Biogeografia e

uso do território 04 – Biblioteca Digital do IPB].

- ALARCÃO, Jorge de (1993-1994) – A Arqueologia e o Tempo, *Conimbriga* 32-33, Coimbra, pp. 9-56 [<http://hdl.handle.net/10316.2/45475>].
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade (Ensaio de Epistemologia da Arqueologia)*, Quarteto editora.
- ALARCÃO, Jorge de (2017) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc.II a.C. ao séc.VI d.C.*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [<http://hdl.handle.net/10316.2/44227>].
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús (1999) – *Los vettones*, Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALVES, Lara Bacelar (no prelo) – On Identity and the Otherness. Reshaping the dynamics of Late Prehistoric art traditions in Northern Portugal, in LOPES, S. S. and GOMES, S. (eds), *In between the 3rd and 2nd millennia BC: which turning points?*, Oxford: Archaeopress.
- ALVES, Lara Bacelar (2012) – The circle, the cross and the limits of abstraction and figuration in north-western Iberian rock art, in COCHRANE, Andrew; JONES, Andy (Dir.), *Visualising the Neolithic: abstraction, figuration, performance, representation*, Oxford: Oxbow, pp. 198-214.
- ALVES, Lara Bacelar (2014) – Intermitências: a Arte da Idade do Bronze no Ocidente Peninsular, *Antrope, Série Monográfica* 1, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 15-51.
- ALVES, Lara Bacelar; COMENDADOR REY, Beatriz (2017) – Arte esquemático Pintado En El Noroeste Peninsular: Una visión Integrada Transfronteriza, *Gallaecia: revista de arqueología e antigüidade* 36, pp. 11-52.
- ALVES, Lara Bacelar; REIS, Mário (2017) – Tattooed landscapes. A reassessment of Atlantic Art distribution, research methods and chronology in the light of the discovery of a major rock art assemblage at Monte Faro (Valença, Portugal), *Zephyrus* LXXX, pp. 49-67 [doi:10.14201/zephyrus2017804967].
- ARQUEOHOJE (1999) – *O concelho de São João da Pesqueira – Testemunho do Tempo e do Homem*, Câmara Municipal de São João da Pesqueira.
- BETTENCOURT, Ana (2011) – El vaso campaniforme en el Norte de Portugal. Contextos, cronologías y significados, in PRIETO-MARTÍNEZ, M. P. & SALANOVA, L. (eds.), *Las comunidades campaniformes en Galicia – Cambios Sociales en III y II milenios B.C. en el NW de la Peninsula Iberica*, Pontevedra: Diputación de Pontevedra, pp. 363-374.
- BONNAUD, Christophe (2002) – Vetonia Antiqua: Les limites ethniques et administratives d'un peuple de l'ouest de la Meseta dans l'Antiquité, *Studia Historica*, 20, *La ciudad en el mundo antiguo*, Universidad de Salamanca, pp. 171-199.
- CANCELA, A.; CORREIA, T.; OLIVEIRA, R. (2004) – Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, *Coleção Estudos* 10, Volume I, II e III, DOGTDU/Universidade de Évora.
- CANHA, Alexandre; HENRIQUES, Fernando Robles; ROSA, Sérgio; ANTÓNIO, Telmo (2018) – O sítio da Eira (Vila Nova de Foz Côa), in *Actas do congresso Arqueologia en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media* 6, pp. 181-191.
- CARDOSO, João Luís (2014) – A presença campaniforme no território português,

- Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 295-348.
- CARDOSO MURALHA, João (2010) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), Um Recinto Monumental do 3º e 2º milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Islas Baleares: Vessants Arqueologia i Cultura.
- CARDOSO MURALHA, João (2014) – A Idade do Bronze no Alto Douro Português: os discursos possíveis, in *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*, ANTROPE série Monográfica 1, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 67-110.
- CARVALHO, Pedro; GOMES, Luís Filipe (2002-2002) – A cista do povoado da Sra. de Lurdes (São João da Pesqueira, Viseu), *Estudos Pré-históricos* 10-11, Viseu: CEPBA, pp. 226-231.
- COIXÃO, António Sá (2014) – *Arte Rupestre do Castro de S. Jurge (Ranhados – Mêda)*, Câmara Municipal de Mêda.
- CORREIA, Alexandre (2014) – *Estudo monográfico de 4 tumuli, (mamoas), com escavação arqueológica parcial do tumulus 1 da Fraga do Seixo - Parque Eólico de Ribabelide, Bigorne, Lamego*. Acedido a 18 de Agosto de 2020 em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=viewdoc&id=4Adhpgr46jzm2qtgk1hpy-f516hg6n8gkcd6c0lwqlqgAymbh2bbmq&f=sbdAxnxpk72n2yfkA3A50qvAr-sxbppr81y4zdmzdgk1rzdki8rzq&c=xvqhmmppj4c729qw89sxzvs0rpq0zz7zs-52sdjAm6nkkjhscrwcq>
- COSTA, José C.; AGUIAR, Carlos; CAPELO, J.; LOUSÃ, Mário; NETO, Carlos (1998) – *Biogeografia de Portugal Continental*, Editora Quercetea, pp. 5-56 [<http://hdl.handle.net/10198/714>] e [[https://www.researchgate.net/publication/228540962\\_Biogeografia\\_de\\_Portugal\\_Continental](https://www.researchgate.net/publication/228540962_Biogeografia_de_Portugal_Continental)].
- COSTA, M. Gonçalves da (1977) – *História do Bispado e cidade de Lamego – Idade média: a mitra e o município*, Lamego, vol. 1.
- CRUZ, Carlos (2005) – *Carta Arqueológica do concelho de Cantanhede*, Município de Cantanhede.
- CRUZ, Domingos (1998) – Expressões funerárias e culturais no Norte da Beira Alta (V-II milénios AC), in *A Pré-História da Beira Interior, Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 149-166.
- CRUZ, Domingos (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-história Recente*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols. Tese de Doutoramento em História: Pré-história e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ed. policopiada).
- CRUZ, Domingos; SANTOS, André (2011) – As estátuas-menires da serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no contexto da ocupação pré-histórica do Alto Paiva e da Beira Alta, in VILAÇA, R., *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, Actas das IV Jornadas Raianas*, Sabugal, pp. 117-142.
- CRUZ, Domingos; VILAÇA, Raquel; SANTOS, André; MARQUES, João (2000) – O grupo de tumuli do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-históricos* 8, CEPBA, pp. 125-150.
- CRUZ, Domingos; VILAÇA, Raquel (1999) – O grupo de tumuli da “Senhora da Ouvida”

- (Monteiras / Moura Morta, Castro Daire, Viseu), Resultados dos trabalhos arqueológicos, *Estudos Pré-históricos* 7, Viseu: CEPBA, pp. 129-161.
- FERREIRA, António Brum (1978) – *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira – Estudo de Geomorfologia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- FERREIRA, António de Brum (Coordenação) (2005) – *O Ambiente Físico*, in MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal* Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores.
- FEEREIRA, Agostinho; FIGUEIREDO, Maria (1982) – O «Porco de Pedra» de Paredes da Beira (Berrão Proto-Histórico), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 23 N.º 2-3, Porto, pp. 341-345.
- FEUERBACH, Ludwig (2002) – *Princípios da filosofia do futuro*. Tradução portuguesa de Artur Morão, Lisboa: Edições 70.
- GASPAR, R.; CARRONDO, J.; NOBRE, L.; RODRIGUES, Z.; DONOSO, G. (2014) – Espaço para a morte. O terraço da Foz do Medal (Vale do Sabor, Nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze, *Estudos do Quaternário* 10, pp.59-72 [<https://doi.org/10.30893/eq.v0i10.83>].
- GUERRA, Amílcar (2016) – Entre Lusitanos e Vetões. Algumas questões histórico-epigráficas em torno de um território de fronteira, in SOUSA, Ana Catarina; CARVALHO, António; VIEGAS Catarina (eds.), *Terra e Água Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*, Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 425-437.
- GOMES, Luís Filipe; CARVALHO, Pedro (1993) – Novos elementos sobre o vaso campaniforme de dados recentes na Beira Alta, *Estudos Pré-Históricos* 1, Viseu: CEPBA, pp. 29-49.
- GONZALES RUIBAL, Alfredo (2009) – Cultura de frontera. O distrito de Vila Real e a zona meridional da província de Ourense na Idade do Ferro, in *Congresso Transfronteiriço de Arqueologia, Aquae Flaviae*, 41, Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, pp. 153-160.
- HALL, Stuart (1996) – Introduction: Who Needs ‘Identity’, in HALL, Stuart & DU GUY, Paul, *Questions of Cultural Identity*, London, New Deli: SAGE Publications, pp. 1-17.
- HALL, Stuart (2006) – *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 11ª edição, DP&A editora [edição original 1992].
- HODDER, Ian (1986) – *Reading the Past. Current aproaches to interpretation in Archaeology*, Cambrige: CUP.
- JORGE, Susana Oliveira (1994) – “Colónias, Fortificações, Lugares Monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. XI, Porto, pp. 447-546.
- JORGE, Vítor.; CARDOSO, R.; MIRANDA, J.; SEIXAS, P.; MIGUENS, S.; LOPES, J.; ABRANCHES, A.; MARTINS, R. (2002) – *Identidade, identidades*, Porto: ADECAP.
- LILLIOS, Katina (2020) – Mobility and Alterity in Iberian Late Prehistoric Archaeology: Current Research on the Neolithic–Early Bronze Age (6000–1500 BCE), *Annual Review of Anthropology*, 49(1), pp. 49-65 [doi:10.1146/annurev-an-

- thro-010220-042345].
- LOPES, Susana (2019) – Voltar a Castelo Velho de Freixo de Numão: pensar a reconfiguração cultural dum recinto pré-histórico do Alto Douro português, in *Olhares sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: revisitar um recinto pré-histórico do Alto Douro Português, Digital Extra* 1, CEAACP, pp. 357-389 [https://doi.org/10.14195/2182-844X\_EX1].
- LOPES, Susana; BETTENCOURT, Ana (2017) – Para uma periodização da Pré-história Recente do Norte de Portugal: da Segunda Metade do 4º Milénio aos Finais do 3º Milénio AC, in *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 467-487.
- MARTÍNEZ PADILLA, Catalina (2010) – Algunas reflexiones sobre espacio y tiempo en Arqueología del Territorio, in *Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje – Estudios sobre Prehistoria Reciente, Protohistoria y transición al mundo romano en homenaje a M.ª Dolores Fernández Posse. Bibliotheca Præhistorica Hispana*, XXVIII, CSIC, pp. 11-24.
- MENDES, Sílvia (2009) – O Castro de Vila Cova-à-Coelheira: a ocupação proto-histórica, *Estudos Pré-históricos*, Viseu, p. 14.
- OLALDE, Iñigo, *et alii* (2018) – The Beaker phenomenon and the genomic transformation of northwest Europe, *Nature* vol. 555, pp. 190–196 [doi:10.1038/nature25738].
- OLALDE, Iñigo, *et alii* (2019) – The genomic history of the Iberian Peninsula over the past 8000 years, *Science* 363 (6432), pp.1230-1234 [doi:10.1126/science.aav4040].
- OSÓRIO, Marcos (2008) – Catálogo, *Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*, Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal.
- PEREIRA, Diamantino; PEREIRA, Paulo; SANTOS, Leonardo; SILVA, Julio (2014) – Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental, *Revista Brasileira de Geomorfologia*, vol. 15, nº 4, (Out-Dez), São Paulo, pp.567-584.
- PEREIRA, Leonor (1999) – *As cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Seu enquadramento peninsular*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, polícopiada.
- PERPÉTUO, João; SANTOS, Filipe; CARVALHO, António; GOMES, Luís; SERRA, Artur (1999) – *Tabuaço. Um passado presente*, Câmara Municipal Tabuaço, p. 77-79.
- RIBEIRO, Telma (2020) – Castro de Nossa Senhora das Necessidades (Sernancelhe): uma primeira análise artefactual, in *Arqueologia em Portugal 2020 Estado da Questão*, Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1127-1139.
- RUIZ ZAPATERO, Gonzalo; ÁLVAREZ-SANCHÍS, Jesús (2008) – Los verracos y los vettones, in ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. (Coord.), *Arqueología Vettona. La Meseta Occidental en la Edad del Hierro. Zona Arqueológica 12*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 214-231.
- SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Maria Helena; VIEIRA, Alexandra (2017) – Bell beaker contexts in Northern Portugal, in GONÇALVES, Vítor (Ed.), *Sinos e*



*Taças. Junto ao Oceano e Mais Longe. Aspectos da Presença Campaniforme na Península Ibérica, Coleção Estudos e Memórias n.º 10*, Lisboa: UNIARQ, pp. 226-245.

- SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Maria Helena (2018a) – Campaniforme no Norte de Portugal. Perspectivas interpretativas instigadas pela leitura de dados recentes, *Portvgalia, Nova Série*, vol. 39, Porto: DCTP-FLUP, pp. 97-150.
- SANCHES, Maria de Jesus; BARBOSA, Maria Helena (2018b) – Campaniforme: chronology, pottery and context of a long term phenomenon in the Portuguese Douro Basin, *Journal of Neolithic Archaeology*, Kiel: Institute of Pre- and Protohistoric Archaeology, Kiel University [doi 10.12766/jna.2018S.3].
- SANTOS, Maria (2009) – Lusitanos y Vettones en la Beira Interior portuguesa: La cuestión étnica en la encrucijada de la arqueología y los textos clásicos, in SANABRIA, Marcos (ed.), *Lusitanos y vettones: los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*, Cáceres, pp. 181-196.
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1989) – *Pré-História recente da bacia do medio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*, Dissertação de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Policopiado.
- SZÉCSÉNYI-NAGY, Anna, *et alii* (2017) – The maternal genetic make-up of the Iberian Peninsula between the Neolithic and the Early Bronze Age, *Scientific Report*, 7, pp. 1-15 [doi:10.1038/s41598-017-15480-9].
- VALERA, António (2007) – *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*, Braga: CMFA/TA.
- VAZ, João Inês (1979) – Término augustal de Goujoim (Armamar), *Conimbriga* 18, Coimbra, pp. 133-138.
- VIEIRA, Alexandra (2015) – *Contributo para o Estudo dos Vestígios Arqueológicos – do VI ao I milénio AC. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- VILAÇA, Raquel (2008) – *Através das Beiras. Pré-História e Proto-História*, Palimage Terra Ocre Edições.
- VILAÇA, Raquel (2015) – As faces da morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território Português, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 53-55, pp. 83-105.
- VILAÇA, Raquel; CRUZ, Domingos (1999) – Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta, *Arqueologia* 24, Porto, pp. 73-99.
- VILAÇA, Raquel; CRUZ, Domingos; SANTOS, André; MARQUES, João (2017) – Encenar a morte, ritualizar o espaço: o Monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal), in *Colóquio Internacional Architectures funéraires et mémoire: la gestion des nécropoles en Europe Occidentale (Xe-IIIe siècle A.C.)*, Madrid (Casa de Velázquez, 2014), pp. 129-141.



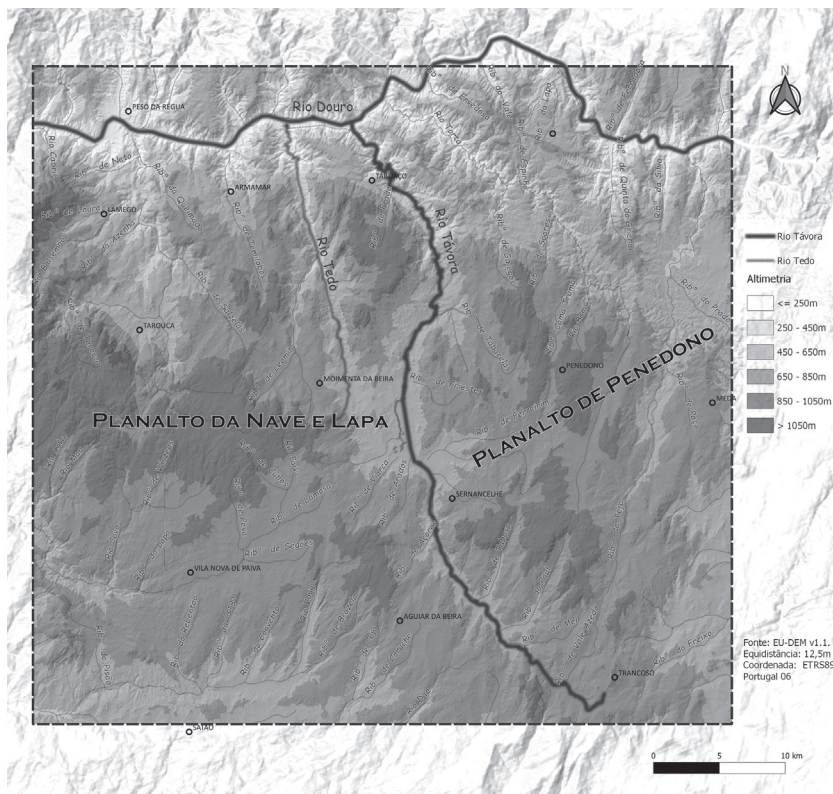


FIG. 1 – *Enquadramento natural e administrativo.*

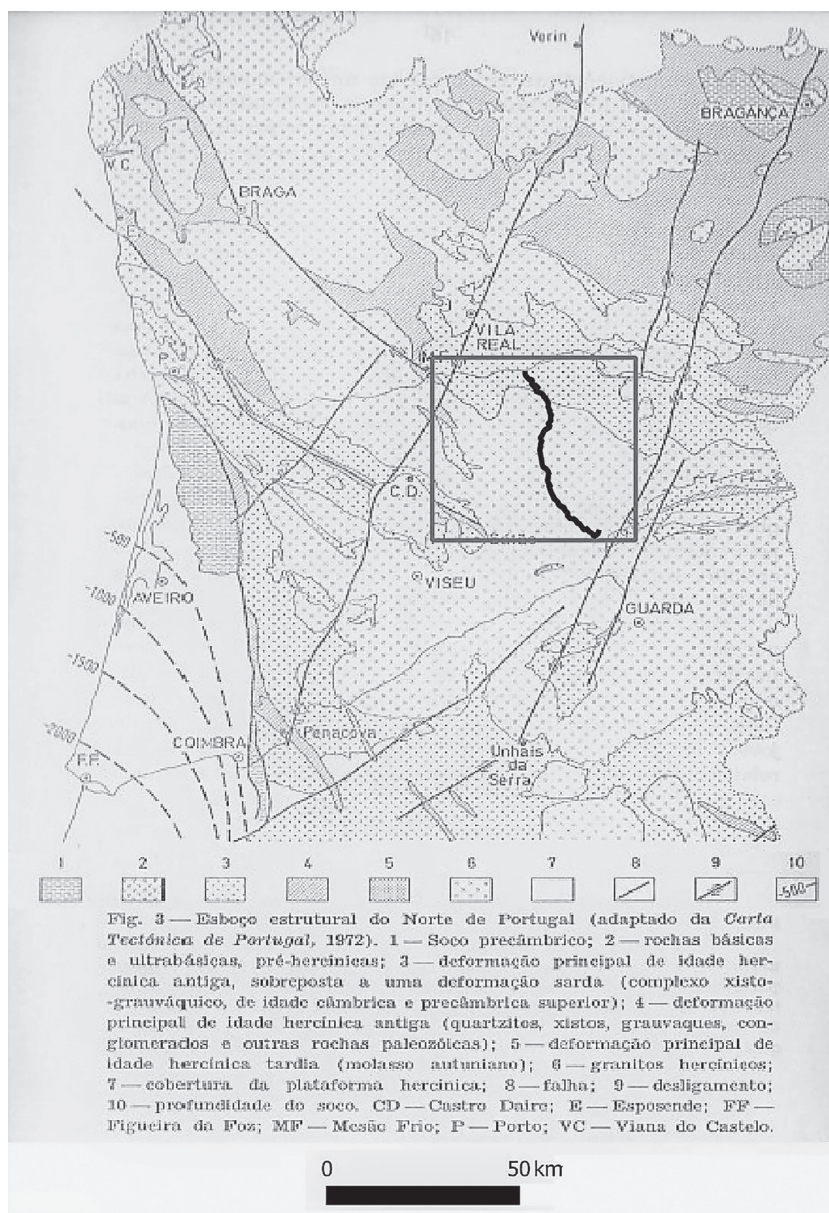


Fig. 3 — Esboço estrutural do Norte de Portugal (adaptado da *Carta Tectónica de Portugal*, 1972). 1 — Soco precâmbrico; 2 — rochas básicas e ultrabásicas, pré-hercínias; 3 — deformação principal de idade hercínica antiga, sobreposta a uma deformação sarda (complexo xisto-grauváquico, de idade câmbrica e precâmbrica superior); 4 — deformação principal de idade hercínica antiga (quartzites, xistos, grauvaques, conglomerados e outras rochas paleozóicas); 5 — deformação principal de idade hercínica tardia (molasso antuniano); 6 — granitos hercínios; 7 — cobertura da plataforma hercínica; 8 — falha; 9 — desligamento; 10 — profundidade do soco. CD — Castro Daire; E — Esposende; FF — Figueira da Foz; MF — Mesão Frio; P — Porto; VC — Viana do Castelo.

Fig. 2 — Esboço estrutural do Norte de Portugal (adaptado de FERREIRA, 1978).

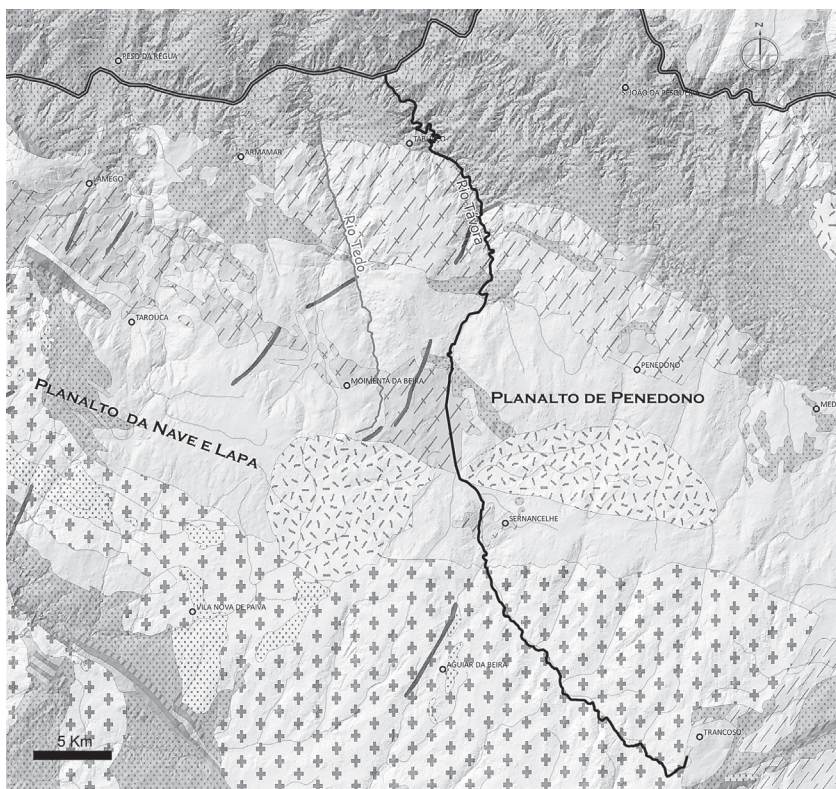


FIG. 3 – Extrato da Carta Geológica de Portugal à escala 1:500000  
 (tons cinzentos-escuros, Complexo Xisto-Grauváquico do grupo do Douro.  
 Restantes colorações, Rochas Magmáticas Granitóides de natureza diversa).



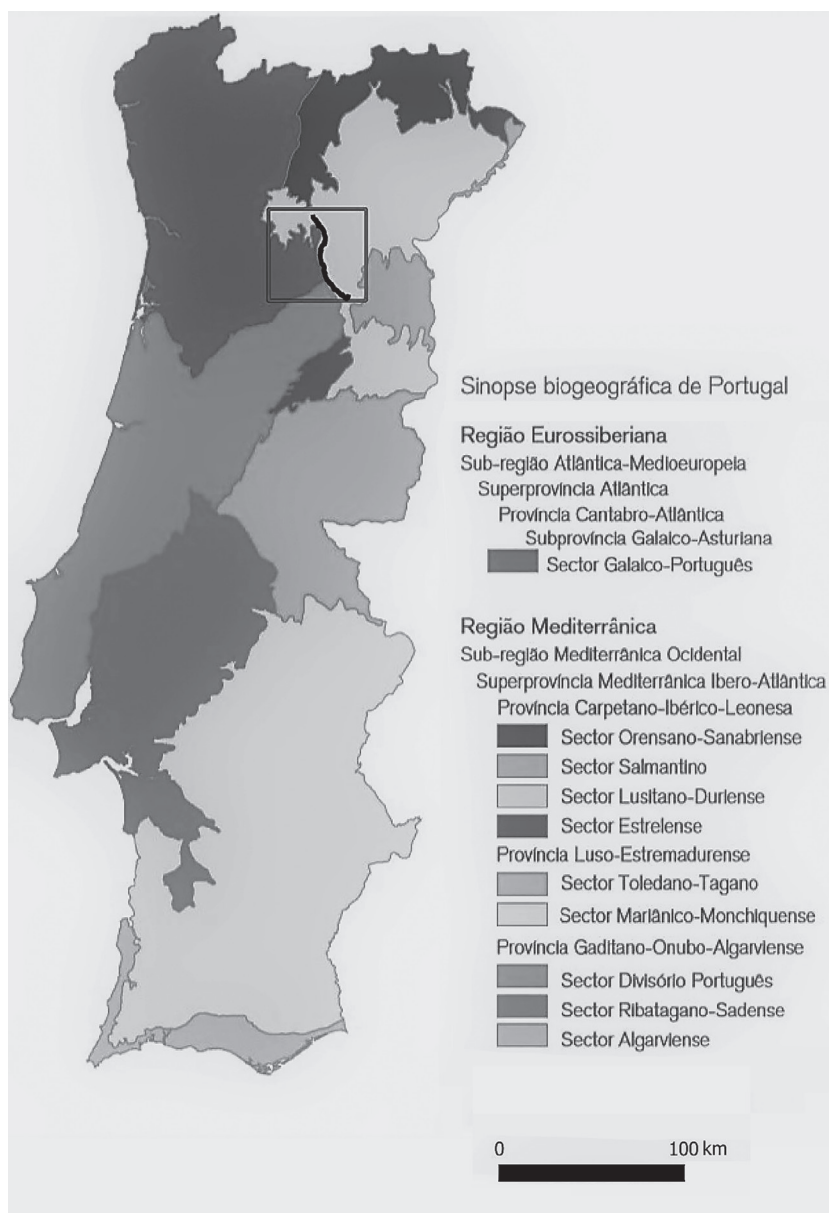


FIG. 4 – Rio Távora na Carta Biogeográfica de Portugal continental (COSTA et al. 1998).  
 Adaptado de AGUIAR et al. 2008.



1



2



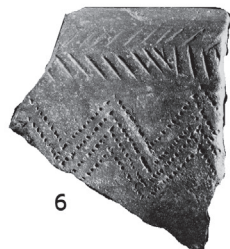
3



4



5



6



7

FIG. 5 – Alguns exemplos de arquiteturas e decorações mencionadas.

1. Espaço funerário do 4º milénio, Orca de Pendilhe; 2. Espaço funerário do 3º milénio, Lameira Travessa 2;
3. Espaço funerário do 2º milénio, Pousadão 1 (CRUZ et al., 2000, Est. I-2);
4. Espaço funerário do 1º milénio, Lameira da Travessa de Lobos 1 (VILAÇA et al., 2017);
5. Decoração penteada; 6. Decoração Cogotas (OSÓRIO, 2008: 59); 7. Decoração “Baiões/Santa Luzia”.

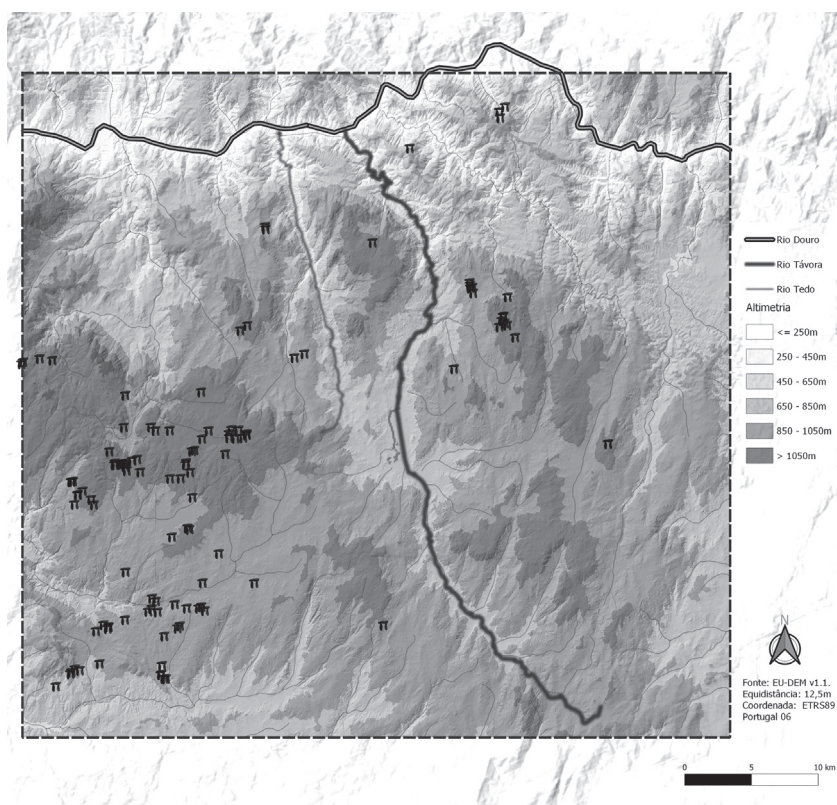


FIG. 6 – Distribuição de arquiteturas funerárias do 4º milénio a.C.. Por uma questão de legibilidade do mapa optámos por não apresentar numeração, mas apresenta-se os topónimos dos 119 monumentos inventariados: Aboleiro, Anta das Orcas, Antas 1, Antas 2, Antela do Vidoinho, Areita 1, Areita 2, Areita 3, Areita 4, Areita 5, Bebedouro 1, Bouga 2, Bouga 3, Cabeço das Orcas, Cardenhos, Cartaixos, Casinha dos Pastores 1, Casinha dos Pastores 2, Castonairas 1, Castonairas 2, Corga dos Moços, Corga dos Moços 2, Cruz da Nave 1, Cruz da Nave 2, Dólmen de Macieira, Folgosa 2, Fonte da Malga 2, Fonte da Malga 4, Fonte da Malga 9, Fonte da Rosa, Fonte do Corno 4, Fonte do Rato, Jandeira 1, Jandeira 2, Laje Branca 1, Laje Branca 2, Lameira de Cima 1, Lameira de Cima 2, Lameira do Meio, Lameira Longa 1, Lameira Longa 2, Lapinha 2, Mamoa do Lajedo, Mamoa do Vale, Marofa, Matas 1, Moita Grande, Monte Longo, Nabo à Carreira, Nogueira de Côta 1, Orca 1 da Bouga, Orca da Abelha, Orca da Carqueja, Orca das Alhadas, Orca das Lameiras, Orca de Alvite, Orca de Forles, Orca de Merouços, Orca de Pendilhe, Orca de Seixas, Orca do Lajedo, Orca do Seixinho, Orca do Tanque, Orca do Tanque, Orca do Tojinho, Orca do Vidoinho, Orca dos Juncais, Orquinha da Bouça, Orquinha dos Juncais, Orquinhas 1, Outeiro Mourisco 1, Pedra d'Arca, Pedralta 1, Pedralta 2, Pedras Benfeitas, Picoto do Vasco, Poço da Nave, Porto Lamoso, Pousadas do Pedro, Quinta dos Caetanós, Ramalhoso, Rapadouro 1, Rapadouro 3, Rapadouro 4, Rebordinho 1, Requeixada, Ribeira do Buraco, Sangrinho 3, Santinho, São Domingos 1, Sardinheira, Seixa, Senhora do Monte 1, Senhora do Monte 2, Senhora do Monte 3, Senhora do Monte 4, Senhora do Monte 5, Senhora do Monte 6, Sítio à Cruz, Sítio da Cruz, Sr<sup>a</sup> do Vencimento 1, Sr<sup>a</sup> do Vencimento 2, Sr<sup>a</sup> do Vencimento 3, Tapada da Orca, Tapada do Poço, Tojais 1, Tojais 2, Tojeira, Torrão 1, Trás-da-Eira, Travessas da Orca 1, Travessas da Orca 2, Travessas da Orca 3, Travessas da Orca 4, Travessas da Orca 5, Vale de Carris 1, Vale de Cavalos 2, Vale de Porcas, Vila de Um Santo.



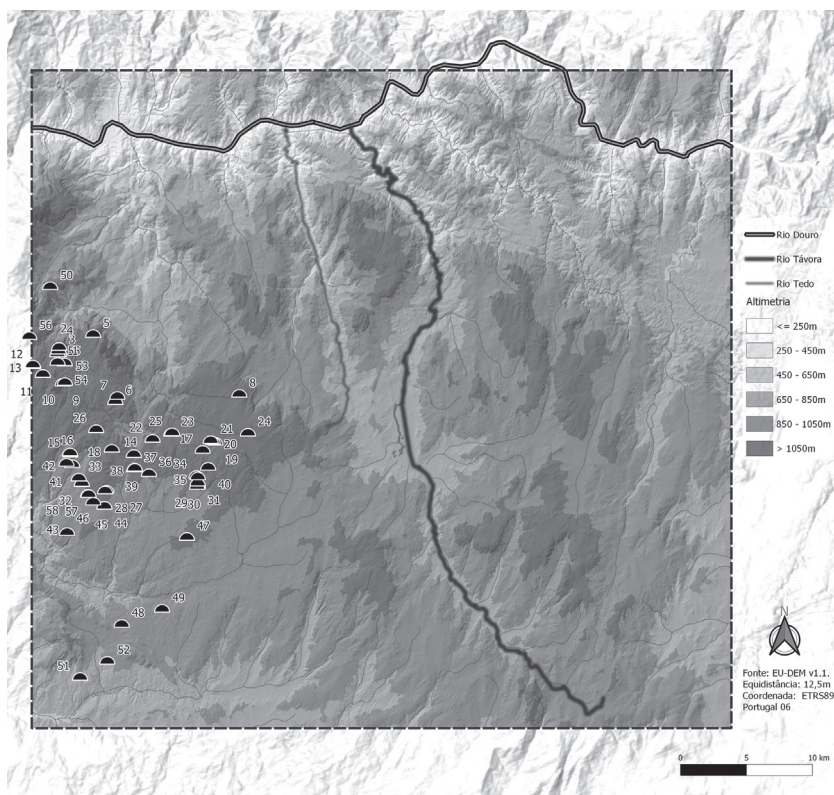


FIG. 7 – Distribuição de arquiteturas funerárias do 3º milénio a.C.: 1. Presa 2; 2. Presa 1; 3. Alto do Pedrógão 2; 4. Alto do Pedrógão; 5. Santa Helena; 6. Fraga Rechã 2; 7. Fraga Rechã 1; 8. Pedra Alta 1; 9. Testos 1; 10. Testos 2; 11. Vale Abrigoso; 12. Outeiro Mourisco 2; 13. Outeiro Mourisco 3; 14. Cruz da Nave 3; 15. Senhor da Boavista 2; 16. Senhor da Boavista 1; 17. Jandeira 3; 18. Senhor da Piedade; 19. Labiada das Touças; 20. Torrão 2; 21. Torrão 3; 22. Pedra Alta; 23. Penedos da Furna II; 24. Bebedouro 2; 25. Penedos da Furna I; 26. Espinhacelo 19; 27. Sangrinho 6; 28. Sangrinho 5; 29. Lenteiros 2; 30. Cista de Lenteiros; 31. Lenteiros 3; 32. Rapadouro 2; 33. Alto das Queirosas 2; 34. Merouços 2; 35. Merouços 3; 36. Matas 2; 37. Fonte do Corno 1; 38. Fonte do Corno 2; 39. Fonte do Corno 3; 40. Corga de Salafonso; 41. Granjão; 42. Cadouço; 43. Picota; 44. Sangrinho 2; 45. Sangrinho; 46. Barroca da Eirinha; 47. Casa da Moura; 48. Vale de Cavalos 1; 49. Corga dos Moços 3; 50. Mamoá de Camba; 51. Pedralta 3; 52. Nogueira de Côta 2; 53. Folgosa 4; 54. Folgosa 5; 55. Folgosa 1; 56. Mamoá 1 de Fraga do Seixo; 57. Lameira Travessa 1; 58. Lameira Travessa 2.

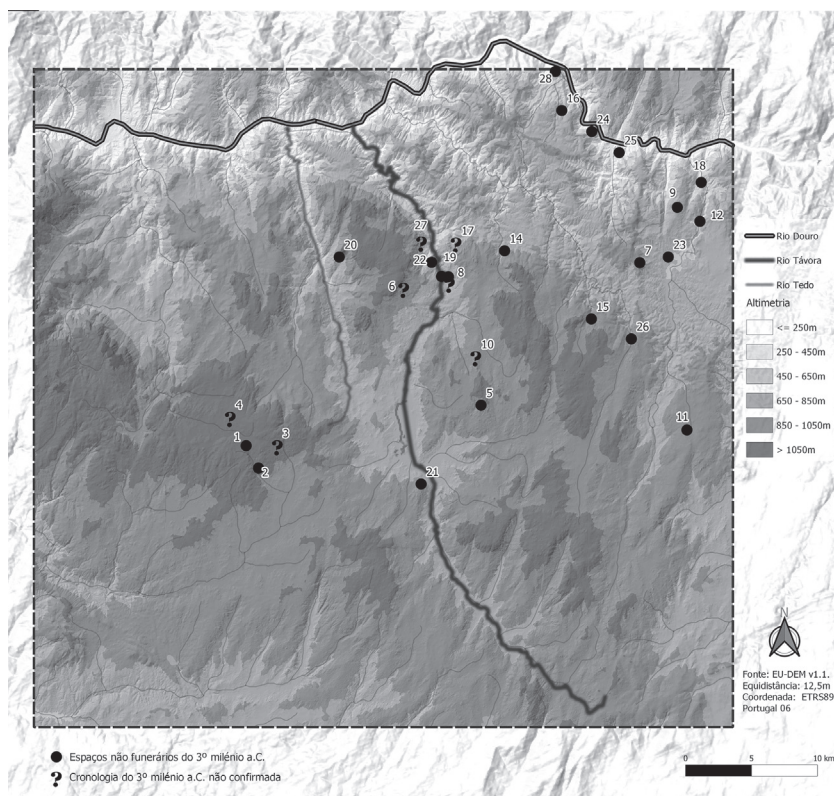


FIG. 8 – Distribuição de espaços não funerários do 3º milénio a.C.: 1. Chã das Lameiras; 2. Castelo de Ariz; 3. Cova do Sol; 4. Quinta do Furanho; 5. Alto do Castro; 6. Cabeço de São João; 7. Castanheiro do Vento; 8. Castelinhos; 9. Castelo de Numão; 10. Castelo do Carapito; 11. Castelo do Nunes; 12. Castelo Velho; 13. Castelo Velho; 14. Castelo Velho de Trevões; 15. Castelo Velho do Souto; 16. Cerro do Bastião; 17. Chã do Murganho; 18. Citânia da Teja; 19. Fraga d'Aia; 20. Grail; 21. N. Senhora das Necessidades; 22. Porqueira; 23. Rasa; 24. S. Salvador do Mundo; 25. Santa Bárbara; 26. São Jurge; 27. São Mamede; 28. Senhora de Lurdes.



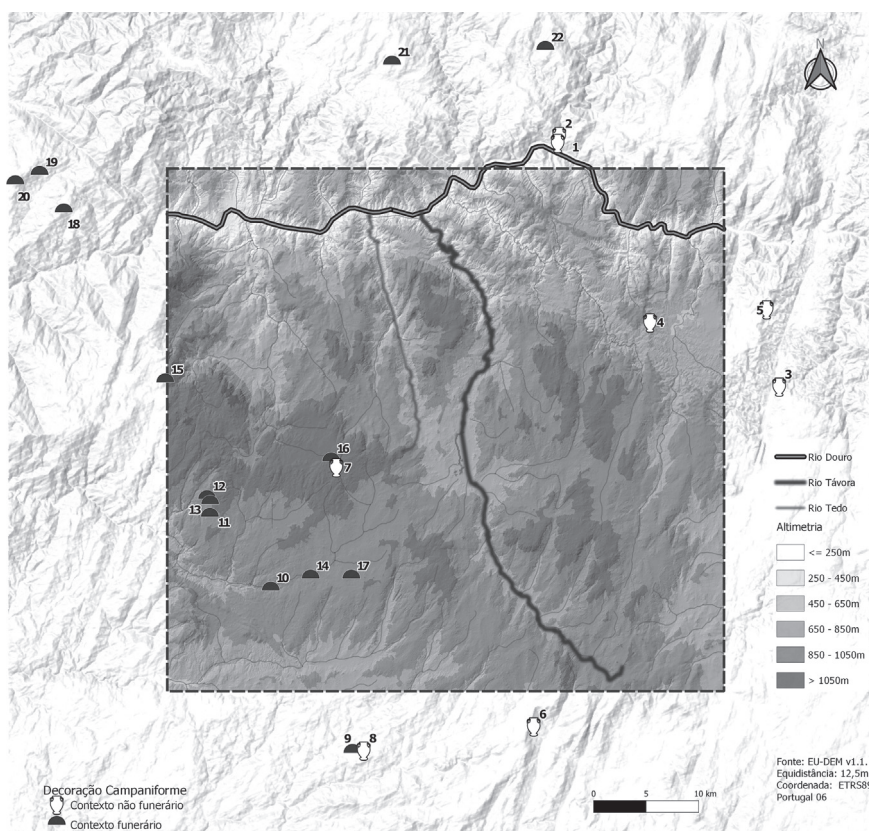


FIG. 9 – Distribuição de decoração Campaniforme. Contexto não funerário: 1. Regadas; 2. Pedreira; 3. Tambores; 4. Castanheiro do Vento; 5. Castelo Velho de Freixo de Numão; 6. Fraga da Pena; 7. Chã das Lameiras; 8. Abrigo do Penedo do Com. Contexto funerário: 9. Dólmen de Arca de Penedo do Com; 10. Orca das Castonairas; 11. Orca de Pendilhe; 12. Rapadouro 1; 13. Rapadouro 3; 14. Moinhos de Rua; 15. Fraga do Seixo; 16. Orca de Seixas; 17. Orca de Forles; 18. Vale de Juros; 19. Chã de Parada 1; 20. Outeiro de Ante; 21. Madorras 1; 22. Estante 2.

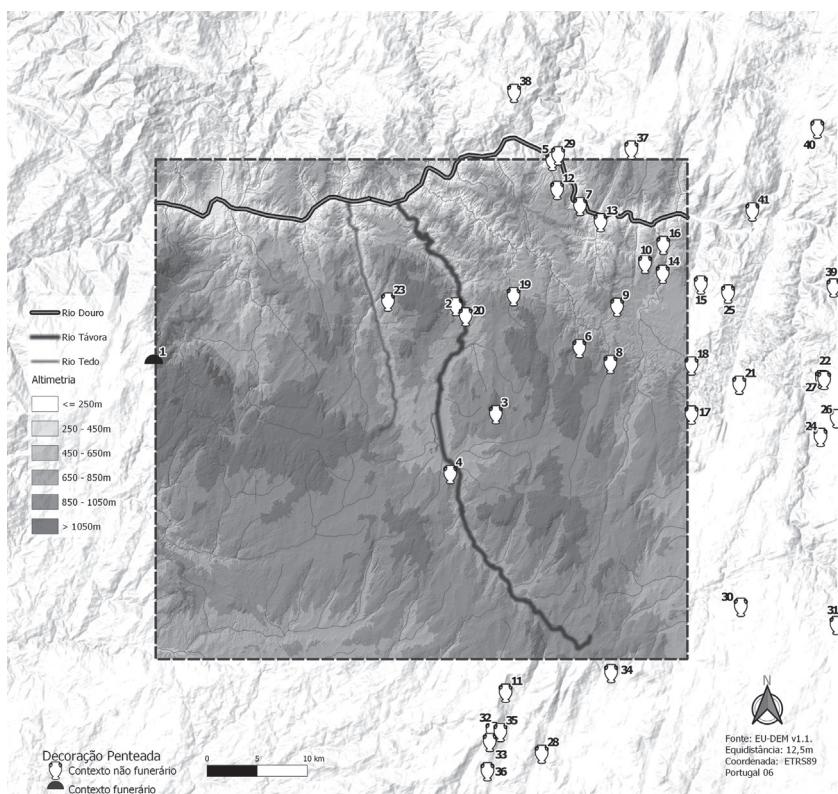


FIG. 10 – Distribuição de decoração Penteada. Contexto funerário: 1. Mamoa 1 de Fraga do Seixo.

Contexto não funerário: 2. Porqueira; 3. Alto do Castro; 4. N. Senhora das Necessidades; 5. Sra. de Lurdes; 6. Castelo Velho do Souto; 7. S. Salvador do Mundo; 8. S. Jurge; 9. Castanheiro do Vento; 10. Castelo de Numão; 11. Fraga da Pena; 12. Cerro do Bastião; 23. Santa Bárbara; 14. Castelo Velho de Seixas; 15. Painova; 6. Citânia da Teja; 17. Castelo Velho da Mêda; 18. Montes; 19. Castelo Velho de Trevões; 20. Castelinhos; 21. Curral da Pedra; 22. Fumo; 23. Grail; 24. Barrocal Tenreiro; 25. Castelo Velho de Freixo de Numão; 26. Castelo de Algodres; 27. Gamoa; 28. Barrocal do Olival; 29. Castro da Rapa; 30. Minas da Senhora da Fonte 5; 31. Pinhel; 32. Quinta das Rosas; 33. Quinta dos Telhais; 34. Quinta da Atalaia/São Pedro; 35. Malhada; 36. Castro de Santiago; 37. Castelo de Ansiães; 38. Castro do Piolho; 39. Sra. do Castelo de Urros; 40. Baldoeiro; 41. Castelejo.

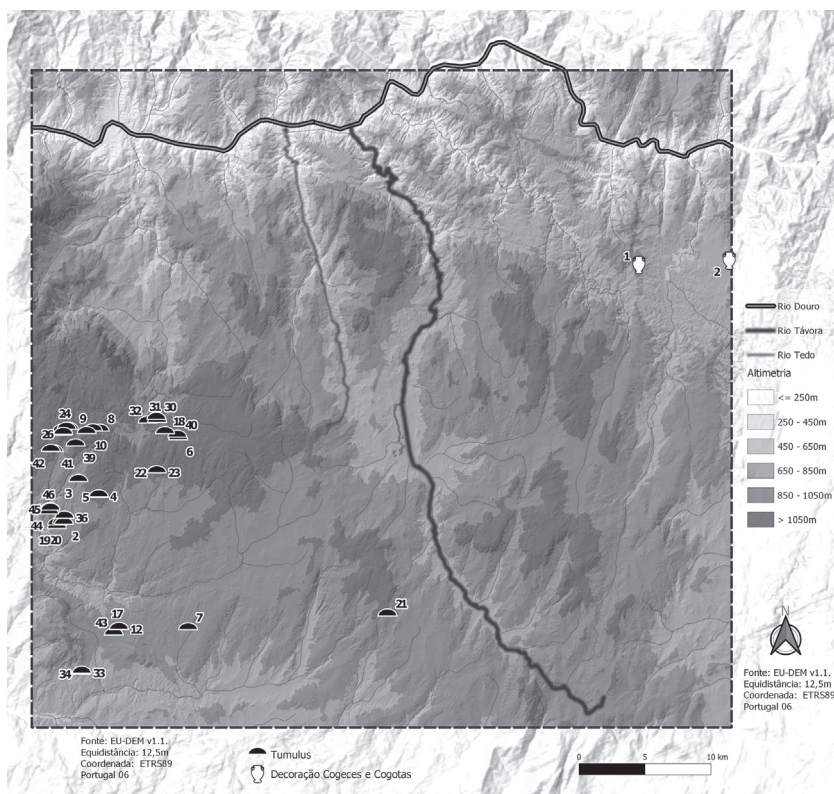


FIG. 11 – Distribuição de arquiteturas funerárias do 2º milénio a.C.: 1. Adeçame 1; 2. Adeçame 2; 3. Alto das Queirosas 1; 4. Carvalho Cortado 1; 5. Carvalho Cortado 2; 6. Chão Cimeiro; 7. Cista dos Juncais; 8. Espinhacelo 13; 9. Espinhacelo 23; 10. Espinhacelo 6; 11. Fonte da Malga 1; 12. Fonte da Malga 10; 13. Fonte da Malga 3; 14. Fonte da Malga 5; 15. Fonte da Malga 6; 16. Fonte da Malga 7; 17. Fonte da Malga 8; 18. Fonte da Rosa 2; 19. Laje da Cruz 1; 20. Laje da Cruz 2; 21. Mamoa da Franjinha; 22. Outeiro Verde 1; 23. Outeiro Verde 2; 24. Paúla Grande 1; 25. Paúla Grande 2; 26. Paúla Grande 3; 27. Paúla Grande 4; 28. Paúla Grande 5; 29. Paúla Grande 6; 30. Paúlas 1; 31. Paúlas 2; 32. Paúlas 3; 33. Pedralta 4; 34. Pedralta 5; 35. Pousadão 1; 36. Pousadão 2; 37. Pousadão 3; 38. Pousadão 4; 39. Senhora da Livração; 40. Sítio ao Madeiro; 41. Travessa 1; 42. Travessa 2; 43. Vale do Poço; 44. Vale Velho 1; 45. Vale Velho 2; 46. Vale Velho 3.

Distribuição decoração Cogotas e Cogeces: 1. Castanheiro do Vento; 2. Alto de Santa Eufêmia.



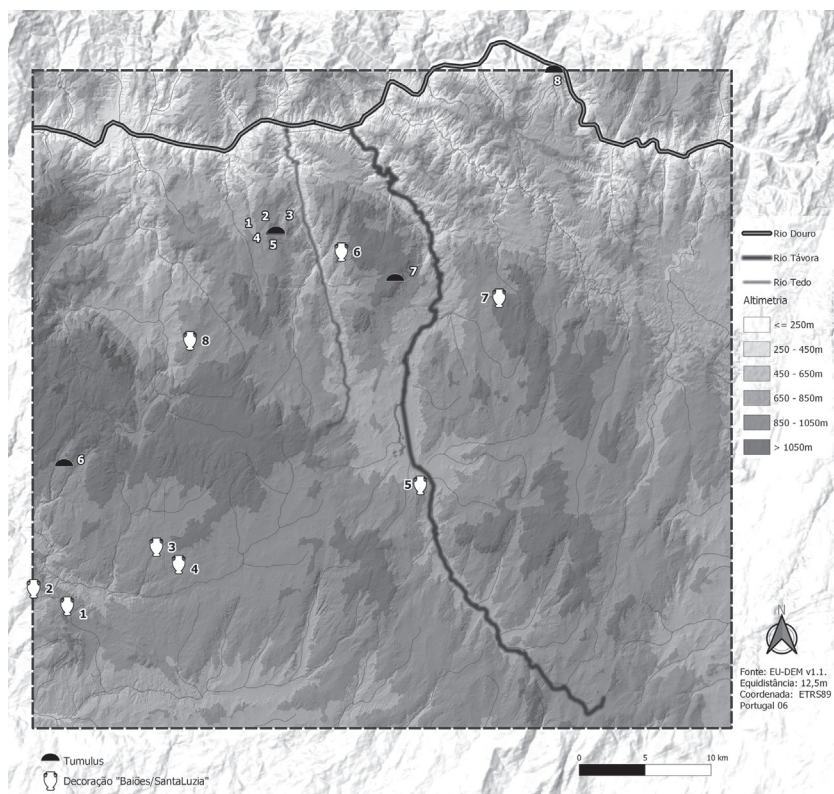


FIG. 12 – Distribuição de arquiteturas funerárias da 1ª metade do 1º milénio a.C.: 1. Tapada das Arcas 1; 2. Tapada das Arcas 2; 3. Tapada das Arcas 3; 4. Tapada das Arcas 4; 5. Tapada das Arcas 6; 6. Travessa Lameira Lobos; 7. Calvário; 8. Senhora de Lurdes.

Distribuição de decoração “Baiões/Santa Luzia”: 1. São Lourenço; 2. Outeiro da Maga; 3. Canedotes; 4. Carvalhais; 5. N. Senhora das Necessidades; 6. Longa; 7. Reboledo; 8. Mondim da Beira.

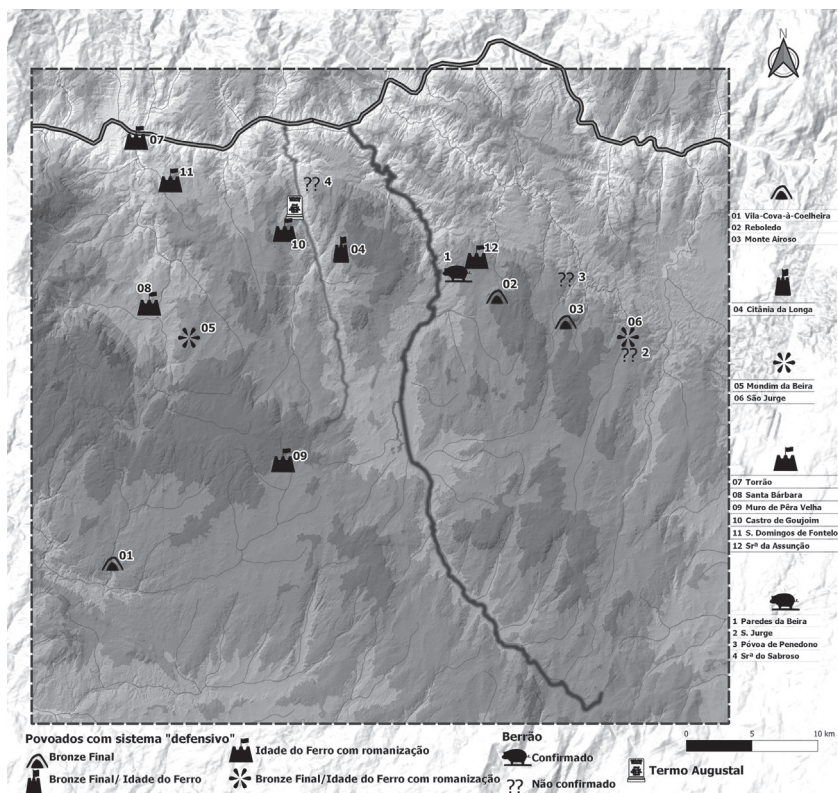


FIG. 13 – Distribuição de arquitecturas não funerárias e estatuária do 1º milénio a.C..

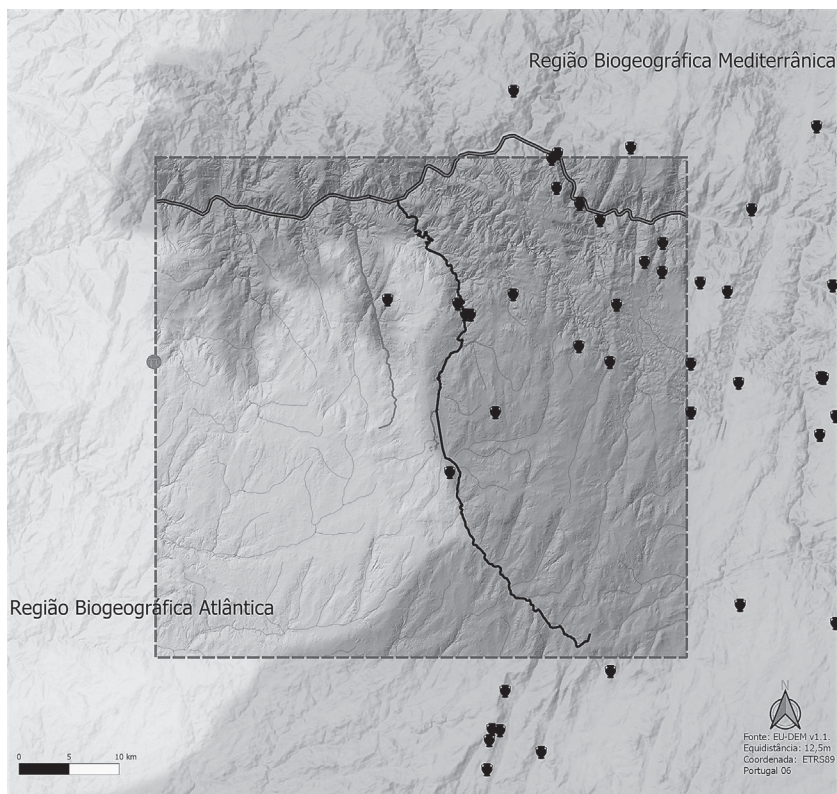


FIG. 14 – *Distribuição Biogeográfica da decoração Penteadada (adaptado de COSTA et al. 1998).*

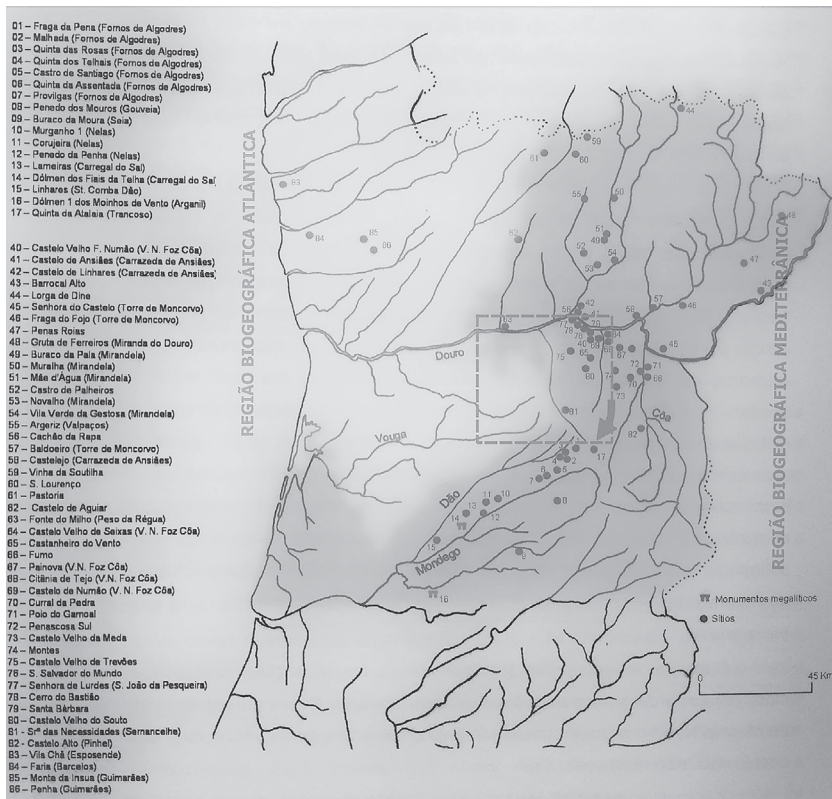


FIG. 15 – Distribuição Biogeográfica da decoração Pentecostada no Centro-Norte de Portugal (segundo VALERA, 2007 e adaptando COSTA et al. 1998).



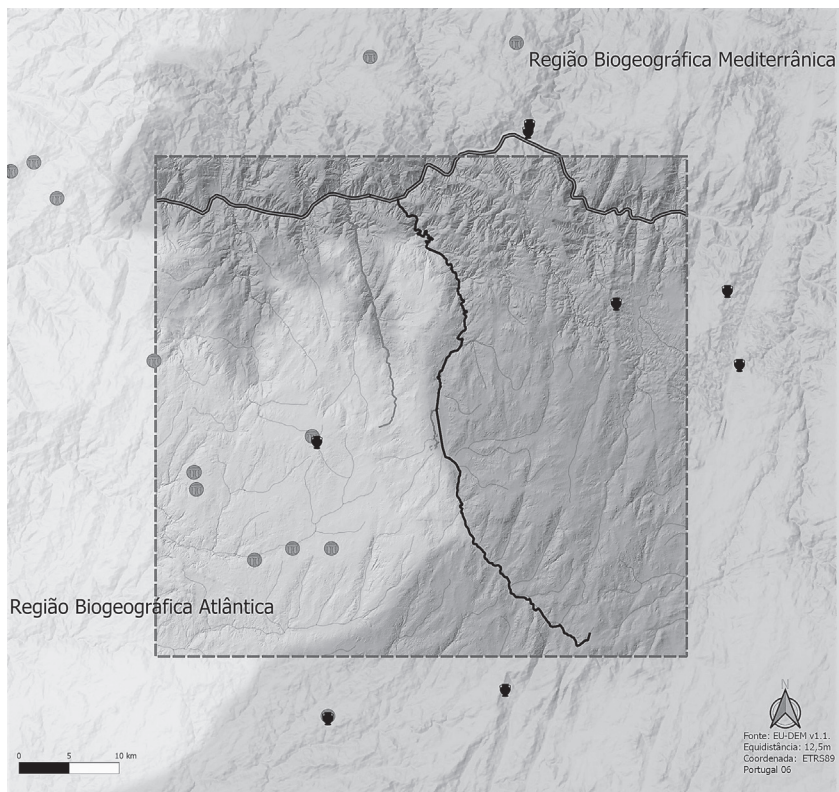


FIG. 16 – *Distribuição Biogeográfica da decoração Campaniforme.*



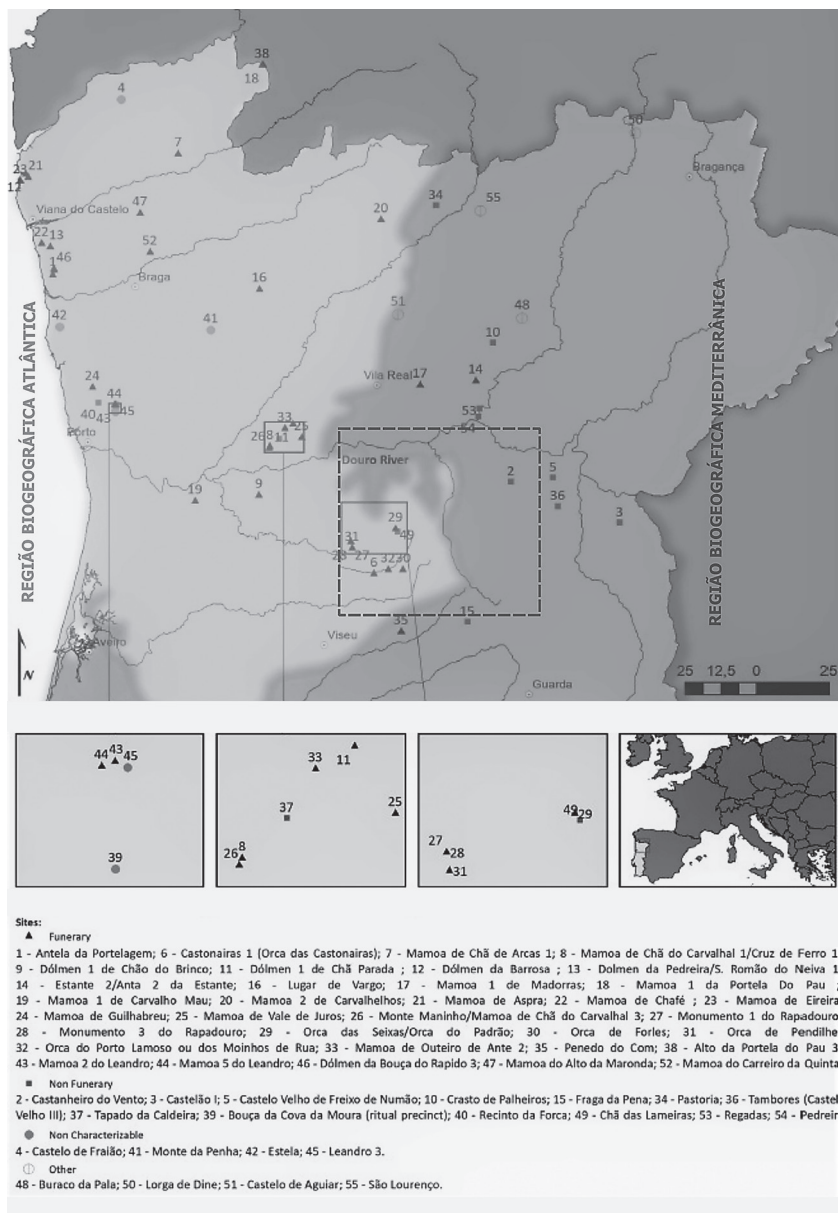


FIG. 17 – Distribuição Biogeográfica da decoração Campaniforme (segundo SANCHES & BARBOSA, 2018b e adaptando COSTA et al. 1998).